UFRRJ

INSTITUTO DE AGRONOMIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL TERRA DE EDUCAR DO PROJETO INICIAL A ATUALIDADE: DESCAMINHOS E POSSIBILIDADES

ÉRIKA APARECIDA DE PAULA SILVA

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

ESCOLA MUNICIPAL TERRA DE EDUCAR DO PROJETO INICIAL A ATUALIDADE: DESCAMINHOS E POSSIBILIDADES

ÉRIKA APARECIDA DE PAULA SILVA

Sob a Orientação da Professora
Ana Maria Dantas Soares

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Dezembro, 2010

UFRRJ / Biblioteca Central / Divisão de Processamentos Técnicos

373.246098153
S586e
T

Silva, Érika Aparecida de Paula, 1978-
Escola Municipal Terra de Educar do projeto inicial a atualidade : descaminhos e possibilidades / Érika Aparecida de Paula Silva – 2010.
90 f.; il.

Orientador: Ana Maria Dantas Soares.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.
Bibliografia: f. 36-39

1. Ensino agrícola – Paracambi (RJ) – Teses. 2. Educação ambiental – Paracambi (RJ) – Teses. 3. Prática de ensino – Teses. 4. Escolas rurais – Paracambi (RJ) – Teses. I. Soares, Ana Maria Dantas, 1949. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

ERIKA APARECIDA DE PAULA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 20 de dezembro de 2010.

Ana Maria Dantas Soares, Dra. UFRRJ

Lia Maria Teixeira de Oliveira, Dra. UFRRJ

Dayse Martins Hora, Dra. UNIRIO

"Temos uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo. Mas para nós, a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino. Neste sentido, a educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para participação social".

Declaração 2002, Item 6 - Seminário Nacional para uma Educação do Campo

Brasília, 26 a 29/11/2002

“Morrer acontece com o que é breve e passa sem deixar vestígio. Mas com mãe não é assim... Mãe não morre, fica eterna em seus filhos, porque na sua graça é eternidade”.

Adaptado: Carlos Drummond de Andrade

Á minha amada Valdete,
Sempre presente em meus pensamentos.

"Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse amor, seria como o metal que soa ou como o sino que tine".
I Cor. 13:1

Agradeço

A Deus, Soberano e Amado Pai, porque Dele, por Ele e pra Ele são todas as coisas.

A Anderson Lima, meu especialíssimo marido, amigo e companheiro, por ter me incentivado e compreendido amorosamente meus estresses pré-defesa e compartilhado da difícil tarefa de estruturar este trabalho.

A minha amiga Aurea Lunga por sua doce presença mesmo na ausência e constante incentivo nos muitos momentos que sucederam a construção deste trabalho e Viviane Medeiros que na sua singularidade tanto me alegra o coração.

A tia Fátima Alves pelo carinho que é prova do cuidado de Deus em favor da minha família!

A Professora, a orientadora mais amada do Brasil, Ana Maria Dantas Soares, por todas suas sábias observações, paciência, carinho, incentivo e contribuições nesta pesquisa.

Aos Professores, Gabriel Araújo Santos e Sandra Sanchez e aos servidores Marise Setúbal e Nilson Brito, do PPGEA, por todas as colaborações, meu muito obrigado.

A todos os amigos da Secretaria Municipal de Educação de Paracambi, Diretora e funcionários da escola pesquisada , que me receberam com carinho e muito colaboraram nesta pesquisa, meu muito obrigado.

Deus os abençoe!

RESUMO

SILVA, Érika Aparecida de Paula. **Escola Municipal Terra de Educar: do Projeto Inicial a Atualidade: Descaminhos e Possibilidades.** 2010. 90 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2010.

O presente trabalho de dissertação tem por objetivo analisar os processos que levaram, no decorrer dos anos, a Escola Municipal Terra de Educar, localizada em Paracambi-RJ, a mudar sua finalidade de formação que inicialmente fora estruturada à educação agrícola, com vistas a repensar e a propor estratégias adequadas à realidade contemporânea. Partindo desse desafio, foi analisado o material bibliográfico e documental desde a implantação da escola. Observe-se que os desafios para as instituições educativas são complexos e intensos e nesse contexto a tarefa formativa assume um papel cada vez mais importante na perspectiva de uma dimensão que se contraponha à lógica mercadológica do mundo globalizado. A discussão permeia as metodologias e práticas da educação agrícola e ambiental, ressaltando a qualidade de vida como integrante da própria cidadania, numa ruptura dos moldes de uma visão excessivamente biologizada da questão ambiental, de vertente biológico-preservacionista que tem sido hegemônica e restrita a práticas descontextualizadas. O desafio é contribuir para o desenvolvimento político-pedagógico, visando a adequação às questões agrícolas e ambientais, numa reflexão do papel da instituição na comunidade rural, bem como propor estratégias que contribuam para ações efetivas de resgate da gene da escola: educação agrícola e ambiental.

Palavras-chaves: Ensino Agrícola. Educação Ambiental. Prática Pedagógica.

ABSTRACT

Silva, Erika Aparecida de Paula. **Municipal School of Earth Education: the Current Home Project: Embezzlement and Possibilities.** 2010. 90 p. Dissertation (Masters' Degree in Agricultural Education). Agronomy Institute, Rural Federal University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2010.

This dissertation work aims to investigate the processes that led, over the years, the Municipal School of Earth Education, based in Paracambi-RJ to keep out of their constitution potentially destined for agricultural education, with a view to contributing to the rethink their strategies and to propose appropriate to contemporary reality. Note that the challenges for educational institutions are complex and intense as the formative task in this context assumes an increasingly important from the perspective of a dimension that goes against the market logic of the globalized world. The discussion permeates the methodologies and practices of agricultural and environmental education, emphasizing the quality of life as a member of citizenship itself, breaking the mold of an overly biologized of environmental issues, preservation of biological-strand which has been hegemonic and restrictive practices decontextualized. The challenge is to contribute to the development of the teaching policy, aimed at adaptation to environmental and agricultural issues, a reflection of the institution's role in the rural community, and propose strategies to promote effective action to rescue the gene of the school: agricultural and environmental education.

Key words: Education agriculture. Environmental Education. Teaching Practice.

SIGLAS

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMTE – Escola Terra de Educar

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

FUNDESP – Fundação para o Desenvolvimento do Município de Paracambi

FUNDREN – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

LICA – Licenciatura em Ciências Agrícolas

LIGHT - Empresa privada de geração, comercialização e distribuição de energia elétrica localizada no estado do Rio de Janeiro.

NER – Núcleo de Estudos Rurais

OSPB – Organização Social e Política Brasileira

PCN´S – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIEA – Projeto Internacional de Educação Ambiental

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

1. **CAPITULO I - QUE ESCOLA É ESSA? PROJETO INICIAL – UM PERCURSO HISTÓRICO** 2

1.1. Pensando sobre a Escola... 5

1.2. Pensando a Escola Agrícola: Concepções e Finalidades 9

2. **CAPÍTULO II A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL** 11

2.1. Educar para as Futuras Gerações 13

2.2. O Meio Ambiente como Tema Transversal 16

2.3. A Educação Ambiental nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na LDB 17

2.4. Como Ensinar Educação Ambiental 20

3. **CAPÍTULO III DESCAMINHOS TRILHADOS**... 22

3.1. Distância entre o Planejado e o Efetivado 22

3.2. Os Entraves 27

4. **CAPÍTULO IV CONCLUINDO E LEVANTANDO POSSIBILIDADES**... 33

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS 36

ANEXOS 40

Anexo I – Lista dos Recursos Materiais necessários para retorno das atividades do Projeto Inicial da Escola 40

Anexo II – PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA ESCOLA EM 2010 55

Anexo III - Conhecendo a Escola 61

Anexo IV – Situação do Espaço Físico e de alguns animais da escola 82

Anexo V - Encontro Pedagógico com os docentes para discussão do Projeto Pedagógico 88

INTRODUÇÃO

Em nossa trajetória como docente da rede pública no município de Paracambi, na qual atuamos do ano mil novecentos e noventa e sete até dois mil e oito, sobretudo como supervisora educacional, temos percebido que, no decorrer dos anos, os alunos da zona rural têm sofrido uma despersonalização como elementos oriundos do campo; seus anseios são, muitas vezes, fruto da negação de sua origem rural preferindo ser identificados como alunos de uma escola urbana, bem como apresentam uma compreensão limitada sobre as questões ligadas à qualidade ambiental.

As inquietações a respeito dos descaminhos da educação do campo no município de Paracambi nos fizeram querer ir além, pesquisar em maior profundidade sobre as questões da educação agrícola e ambiental.

A pesquisa teve como objetivo investigar, o percurso histórico da Escola Municipal Terra de Educar- EMTE, desde a sua criação até os dias de hoje, levantando possibilidades para que a mesma retorne a essência agrícola que a fez nascer. Portanto, para o desenvolvimento da pesquisa, pelas características que o direcionam, foi adotada a metodologia de pesquisa participativa, alicerçada em autores tais como Thiollent e Brandão, uma vez que a mesma permite uma maior inserção e interação do pesquisador com o universo a ser pesquisado. Alves-Mazzotti & Gewandsznajder (1999), contribuem com a análise salientando que "pesquisa participativa é basicamente aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade, interagindo com o objeto estudado".

De acordo com Haguette (1999), a pesquisa participativa consiste em:

> a) a possibilidade lógica e política de sujeitos e grupos populares serem os produtores diretos ou associados do próprio saber que mesmo popular não deixa de ser científico;
> b) o poder de determinação de uso e do destino político do saber produzido pela pesquisa, com ou sem a participação de sujeitos populares em suas etapas;
> c) o lugar e as formas de participação do conhecimento científico erudito e de seu agente profissional do saber, no 'trabalho com o povo' que gera a necessidade da pesquisa, e na própria pesquisa que gera a necessidade da sua participação.

Este tipo de pesquisa é importante pois visa interagir com a realidade do público a que se destina, considerando, deste modo, seu contexto cultural, educacional, social, ambiental ou econômico. De extrema importância é a ênfase colocada na participação das pessoas na pesquisa, não como "objetos" de estudo, mas como elementos ativos do processo de investigação. Logicamente, essa postura tem conseqüências para a organização e realização da pesquisa e determina diferenças fundamentais com a pesquisa "tradicional ou "convencional". Não existe a relação sujeito-objeto de pesquisa: tanto pesquisadores quanto "usuários" são sujeitos ativos de um processo; a formulação do problema, objetivos, possíveis hipóteses, coleta de dados, etc., são discutidos e analisados pelo grupo como um todo e o papel dos pesquisadores se refere basicamente a preservar o caráter cientifico da pesquisa (análise sistemática e critica da realidade), portanto, a metodologia tem um importante papel a desempenhar, pois seu objetivo consiste em resolver ou esclarecer esses problemas; há um acompanhamento permanente de toda a atividade dos atores da situação; e a pesquisa não se limita apenas a uma ação mas procura aumentar o conhecimento de todas as pessoas envolvidas no processo.

1. CAPITULO I - QUE ESCOLA É ESSA?

PROJETO INICIAL – UM PERCURSO HISTÓRICO

No ano de 1987, dado a nova postura das tomadas de decisões do país, voltadas para a democratização, descentralização do poder e organização da sociedade, tornou-se oportuno e necessário a realização de um trabalho que mobilizasse as instituições ligadas ao planejamento da área rural e população local e que contasse com a participação de uma equipe de trabalho interdisciplinar. Visava-se com tal proposta permitir à comunidade rural maior integração entre si e à compreensão do meio em que viviam, bem como a conscientização dos problemas que enfrentam cotidianamente e que representam verdadeiros entraves ao desenvolvimento integral.

Além da vantagem de poder aprimorar essa nova forma de pensar e planejar e de, simultaneamente, desenvolver um projeto inovador, o real ganho seria a possibilidade de suscitar uma nova postura frente aos problemas que afligem o meio rural, isso, através da educação.

O município de Paracambi pertence à região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e está localizado nas proximidades de um dos principais eixos rodoviários do país, a BR 116 (Via Dutra), distante 88 km da Cidade do Rio de Janeiro. Município caracterizado por possuir sua maior extensão física localizada em área rural, mas com uma concentração populacional localizada na área urbana, sobretudo motivada pela fuga dos jovens do campo, em função da falta de perspectivas de trabalho e renda.

Apesar de existir na área rural desse município, constituído em parte por pequenos produtores voltados para a produção de bens alimentares, condições favoráveis ao desenvolvimento agrícola, observavam-se também, que em Paracambi, as condições necessárias a este desenvolvimento não estavam sendo atendidas, sobretudo pela falta de políticas públicas destinadas ao meio rural.

Entre as condições consideradas necessárias, encontrava-se o que dizia respeito a participação e atuação dos produtores nas decisões relativas á atividade produtiva. Para que isso se efetivasse, tornava-se fundamental a organização dos produtores em torno de seus objetivos comuns. A necessidade da organização foi constituída, portanto, de múltiplos elementos cuja função principal era de elevar cada vez mais, o nível de consciência do produtor em relação aos seus direitos e deveres, objetivando o desenvolvimento integral do processo produtivo.

Em Paracambi, verificou-se que essa organização era praticamente incipiente, constituindo-se, portanto, num sério problema, já que as pessoas viviam bastante isoladas, encontrando-se dispersas na área rural.

Com base nessa premissa, foi criada a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Paracambi, que tinha como meta central, a articulação dos produtores das diversas comunidades rurais.

Verificou-se, entretanto, que o expressivo o grau de analfabetismo (37,6%) e o baixo índice de escolaridade da área rural dificultavam aos produtores e suas famílias, ampliar o leque de informações a respeito dos principais aspectos relativos às suas atividades. Essa falta de informação levava os produtores a um grande desconhecimento quanto ás questões fundamentais relativas ao desenvolvimento do processo produtivo, tais como: produto de melhor aceitação no mercado, tecnologias alternativas, formas de comercializações mais

eficientes, meios de obtenção de recursos mais apropriados às suas condições financeiras, entre outras. E, por esse motivo, houve um processo gradativo de empobrecimento, deixando-os descapitalizados e em condições precárias. Por esse motivo, seria necessário promover a melhoria das condições de vida da população rural, e isto só se daria através de um desenvolvimento global, buscando a integração das ações ligadas a educação, saúde, trabalho e organização comunitária.

Mais do que instrumentalizar o sujeito, era necessário criar condições de subsistência no campo e, necessariamente, um resgate da potencialidade desses sujeitos.

Diante dessa necessidade de oferecer uma educação que tivesse a preocupação de pensar um novo horizonte para esse homem do campo, surgiu o Projeto para criação da Escola Municipal Terra de Educar com 39 hectares de terra voltados para o Ensino Agrícola. Tal fato se legitimou no Ato de Criação: Decreto 228 de 06 de junho 1988.

A implantação do Projeto Terra de Educar estava pautado nas seguintes premissas:

a) apoio a pequena produção;

-construção do mercado produtor, incluindo um centro industrial, câmara de climatização e a sede do Núcleo de Estudos Rurais de Paracambi;
- abertura das estradas divisórias entre as áreas da escola Terra de Educar;
-abertura e construção de tanques para piscicultura;
- aquisição de equipamentos para industrialização;
-aquisição de um caminhão;
-aquisição de um trator;
-aquisição de um Jipe;
-aquisição de duas Kombis frigoríficas;

Tais aquisições visavam principalmente apoiar a pequena produção através da melhoria do sistema de comercialização, da assistência técnica e do fortalecimento da organização local.

b) apoio à difusão de tecnologia para pequenos produtores;

▪ Recursos para implantação da proposta agropecuária:
- piscicultura: aquisição de alevinos, ração, etc.
- apicultura: aquisição de colméias, etc.
- olericultura: preparação e plantio na várzea;
- suinocultura: construção da pocilga e aquisição das matrizes;
- cunicultura: construção do galpão, aquisição das gaiolas e matrizes;
- fruticultura: aquisição e plantio de mudas;
- silvicultura: aquisição e plantio de mudas;

Tais aquisições implicariam na implantação concreta da proposta agropecuária do Projeto, objetivando tanto a diversificação da produção local quanto a melhoria da produção através da utilização de técnicas alternativas.

c) apoio imediato ao pequeno produtor:
- complementação e manutenção das estradas do entorno;
- eletrificação rural do trecho dos bairros vizinhos;
- eletrificação rural do espaço/bairro da escola.

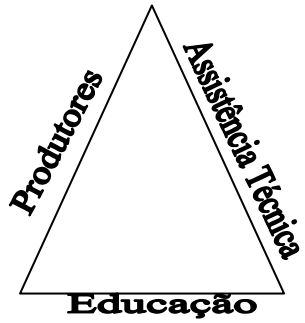
O objetivo era buscar a eletrificação rural ao longo dessas estradas, o que beneficiaria imediatamente cerca de 180 pequenas propriedades.

d) apoio a educação na área rural:

Seria a fase de maior importância já que visava a construção não de uma simples

escola de educação agrícola, mas pautava-se na proposta de um pólo de difusão do conhecimento da e para terra.

O Projeto Terra de Educar foi subordinado a FUNDESP – Fundação para o Desenvolvimento do Município de Paracambi, órgão vinculado à Prefeitura Municipal, ficando diretamente ligado a Diretoria de Desenvolvimento Agropecuário, já que um dos objetivos do projeto foi a integração ilustrada pela pirâmide abaixo:



As três unidades do projeto teriam gestão própria. O mercado do produtor seria administrado pela Associação dos Pequenos Produtores, já a escola seria administrada pela Secretaria de Educação. Cada uma dessas unidades teria um representante no Conselho Deliberativo que administraria o conjunto TERRA DE EDUCAR, sob a orientação do Diretor de Desenvolvimento Agropecuário da FUNDESP.

Em âmbito geral, o que se propunha era a participação dos produtores no projeto, o que se daria em vários níveis e das mais variadas formas. Eles participariam, diretamente, através da Associação dos Pequenos Produtores de Paracambi na administração do Mercado Produtor, bem como na gestão de todo processo do Terra de Educar, como membros do Conselho Deliberativo. Por outro lado, participariam de cursos ministrados pelo NER - Núcleo de Estudos Rurais - não apenas como participantes, mas, sobretudo como integrantes das escolhas de futuras áreas a serem estudadas. O primeiro curso ministrado foi de Piscicultura, com docentes da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, convidados pela Prefeitura Municipal, que participaram ativamente do Projeto de Implantação da escola.

Por outro lado, a assistência técnica que seria subsidiada pelo NER, seria o pilar em todos os níveis do processo, desde a elaboração do projeto agropecuário até a comercialização do produto. Vale ressaltar que o NER era um órgão composto por uma equipe interdisciplinar que fazia parte da estrutura administrativa da FUNDESP e era composta por diferentes órgãos como: FUNDREN, EMATER E UFRRJ. Tal assistência se daria em dois níveis: didática e prática.

Para melhor comercialização e escoamento da produção da própria escola fazia parte do projeto a compra urgente de um trator, Kombis frigoríficas e um jipe. Entretanto, todo o projeto de eletrificação, bem como os custos da parte elétrica, foram financiados pela LIGHT (Empresa de Energia Elétrica do Estado).

A produção agrícola municipal da época era basicamente de banana, laranja, quiabo, jiló, milho, mandioca e arroz. Desses produtos, a banana representava 70% da produção e era comercializada em larga escala para todos os municípios vizinhos. Apesar disso, havia enorme dificuldade de escoamento e comercialização e o preço de venda era muito baixo.

Essa situação, dominante em toda a área rural de Paracambi, levou o produtor a não ter estímulo para investir no aumento ou na expansão das culturas tradicionais e muito menos investir em atividades alternativas que poderiam trazer melhorias tanto para a região como para o produtor, como por exemplo, a olericultura. Assim, a forma de comercialização

predominante no Município foi um freio ao desenvolvimento da pequena produção na área.

Nesse sentido é que se tornou necessário um investimento na mudança das condições da área, permitindo um melhor aproveitamento da terra e das capacidades humanas da região. Somente através do investimento de recursos financeiros e técnicos na região é que se poderia haver mudança de perspectivas do produtor rural.

Com base no principal produto, a banana, se previa que com melhorias nas vias de escoamento, nos meios de transporte, no local de comercialização, haveria imediatamente uma mudança em termos de receita para o produtor. Tal fato implicaria em um maior incentivo, não apenas para que o produtor pudesse aumentar a sua produção como também procurasse novas alternativas produtivas.

1.1. Pensando sobre a Escola...

O Projeto TERRA DE EDUCAR deveria incluir além das atividades de educação formal as de educação não formal, ou seja, aquela que se realiza através de todos os meios de contato direto com as populações, abrangendo não apenas a pessoa do agricultor, mas ainda, a família e o professorado do ensino básico, no intuito de lhes elevar o nível de conhecimentos gerais, essenciais à melhoria de vida do meio que habitam. Cursos de alfabetização para adultos, conferências e debates sobre os mais variados temas como, por exemplo, cooperativismo, associativismo, práticas sindicais, organização da produção, organização da comercialização, problemas relacionados com a posse e o uso da terra.

Quanto à contribuição para a formação econômica da região, a Escola deveria possuir um campo de experimentação, onde se cultivassem os produtos necessários ao enriquecimento da economia rural. Ali se devia recomendar as técnicas mais adequadas a cada caso. Estava prevista também a instalação de um mercado produtor onde pudessem ser vendidos os produtos da Escola e dos pequenos produtores da região.

No caso da comercialização dos produtos da Escola, a renda obtida poderia ser revertida em benefício da própria escola, de acordo com os anseios e necessidades do alunado.

O projeto deveria proporcionar aos alunos uma iniciação profissional compatível com a sua maturidade física e intelectual e com as oportunidades de trabalho propiciadas pelo meio em que viviam. Especial atenção deveria ser dada às atividades geradas pela adoção de novas tecnologias, sem deixar de ser levado em conta o aperfeiçoamento do aprendizado que os filhos tivessem com os pais. A melhoria, em qualidade e rendimento, da força de trabalho dos pais seria uma garantia de permanência dos filhos na escola.

Permanecendo mais tempo na escola os alunos teriam oportunidade de uma maior integração social, principalmente, através do esporte e do lazer comunitário.

Dever-se-ia procurar instituir através da Escola, a biblioteca, o cine-clube, a imprensa, bem como, o incentivo ao associativismo, de forma a ampliar a ação educativa da mesma, contribuindo, para tornar mais atrativa a vida nessas áreas periféricas.

Por fim, o projeto visava propiciar a instalação de postos agropecuários com a função de prestar assistência ao trabalhador rural, fornecendo-lhe reprodutores de raça melhor adaptadas às condições locais, sementes selecionadas, como também, ministrar-lhe ensinamentos práticos, principalmente no que diz respeito ao combate às pragas e à rotação de culturas.

O projeto da EMTE previa a construção de um núcleo educacional formado por uma escola, mercado, horta comunitária, área de lazer e de esporte. Tal projeto ocuparia uma área de 18,11 há, localizando-se a 800 metros dos limites urbanos: na estrada da floresta, área tipicamente rural. A unidade escolar previa um atendimento inicial de 140 alunos e a

prefeitura se encarregaria de transportá-los.

Vale ressaltar que a localização da escola é plenamente favorável ao acesso de alunos provenientes das diversas áreas, sejam urbanas ou rurais. Devido à proximidade dos limites urbanos, a área do projeto conta com uma infraestrutura compatível com as suas necessidades, possuindo água e luz.

Inicialmente a unidade escolar contou com 5 salas de aula com 40m² cada, 1 biblioteca, 1 sala de ciências, 2 banheiros e hall, área de circulação e hall, 1 refeitório de 140m², 1 cozinha de 25m², 1 copa de 10m², 1 despensa de 10m² e 1 lavanderia. A total construída era de 455m² .

Tal projeto arquitetônico visava atender a população do entorno da escola, que era de aproximadamente 621 famílias.

No início de 1987, o NER realizou uma pequena pesquisa, por amostragem,com famílias de alunos das escolas rurais, e extrapolando-se os resultados obtidos, pode-se estimar que a população de crianças entre 0 a 10 anos era de aproximadamente 1240. Para atender tal demanda algumas reuniões foram realizadas com as famílias da região que demonstrou um grande interesse com o oferecimento também de cursos livres sobre novas técnicas agrícolas e de economia doméstica, atendendo assim não só as crianças, mas também toda a comunidade.

Inúmeros estudos realizados sobre a educação no meio rural apontam, conforme destacam Damasceno e Beserra (2004) que *a educação rural apresenta problemas graves de origem; ou seja, planejada a partir da escola urbana, a escola rural parece tão alienada do seu meio quanto o são também as escolas urbanas para as classes populares*.

Esses mesmos autores, a partir da análise de pesquisas diversas, acrescentam que as mesmas

> confirmam as discrepâncias existentes entre as expectativas do planejamento governamental e as das populações rurais beneficiárias. Afirmam, portanto, que, tal como se apresenta, a escola rural é inadequada ao seu meio (Leite, 1999; Moreira; Silva, 1994; McLaren, 1997; Damasceno; Therrien, 2000).

A despeito desse cenário, sem dúvida alguma, a Escola Municipal Terra de Educar destoada maioria das escolas rurais (fora da rede de instituições de ensino agrícola federal), pois, diante da forma como foi criada e fundamentada, o seu planejamento tem uma vocação eminentemente agrícola, uma vez que foi instituída para atender aos filhos dos agricultores, buscando incluir em sua matriz curricular atividades de educação formal e não formal, dando oportunidades aos educandos de contato direto com a produção, estruturação, organização da comercialização, enfim, desde a base do plantio ao empreendedorismo da comercialização e lucro.

Todo o prédio escolar, toda a estrutura física e os recursos humanos, nasceram da necessidade de se instituir uma escola de qualidade, na perspectiva apontada por Arroyo (1999):

> (...) diante da precariedade do capital sociocultural, decorrente do desamparo histórico a que a população do campo vem sendo submetida, a oferta de um ensino de qualidade se transforma numa das ações prioritárias para o resgate social dessa população (pág.19).

A parte central da escola, a biblioteca, o cine-clube, a imprensa, bem como, o incentivo ao associativismo, de forma a ampliar a ação educativa da mesma, foram pensados para tornar mais atrativa a vida nessas áreas rurais periféricas.

Considerando, porém que a maioria das crianças dessa faixa etária já estaria inserida nas tarefas da casa ou do sítio de suas famílias foi proposto o seguinte esquema:

Estruturação das Turmas em 1991 – Inauguração				
	Turnos			
	Manhã		Tarde	
1ª à 4ª série Anos Iniciais	1ª	Base Nacional Comum	1ª	Parte Diversificada
	2ª	Parte Diversificada	2ª	Base Nacional Comum
	3ª	Base Nacional Comum	3ª	Parte Diversificada
	4ª	Parte Diversificada	4ª	Base Nacional Comum

A parte diversificada de 1ª a 4ª série (equivalente hoje ao 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, pois nessa fase ainda não era atendida a classe de Alfabetização) inclui a música, teatro, artesanato, recreação, economia doméstica, atividades de biblioteca e atividades de iniciação agrícola, sempre respeitadas as características e necessidades de cada faixa etária. Tais atividades seriam: cultivar pequenos canteiros de flores ou legumes, dar milho as galinhas, observar a ordenha, etc.

Buscava-se com isso, desenvolver o apreço e valorização da vida rural e como forma de desenvolvimento das habilidades psicomotoras e intelectuais das crianças.

Já as atividades de matemática, língua portuguesa, ciências, geografia, história e programas de saúde seriam desenvolvidas de forma relacionada, numa interlocução estreita, sendo que ciências seria o fio condutor do currículo que foi elaborado por uma equipe de professores de Paracambi e da UFRRJ, ligados ao Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas.

Série	**Turmas**	**Turnos**			
		Manhã		**Tarde**	
5ª	1	Base Comum e Atividades Complementares		At. Agrícolas 2ª, 4ª e 6ª	At. Agrícolas 3ª, 5ª e Sáb.
	2	At. Agrícolas 2ª, 4ª e 6ª	At. Agrícolas 3ª, 5ª e Sáb.	Base Comum e Atividades Complementares	
6ª	1	Base Comum e Atividades Complementares		At. Agrícolas 2ª, 4ª e 6ª	At. Agrícolas 3ª, 5ª e Sáb.
	2	At. Agrícolas 2ª, 4ª e 6ª	At. Agrícolas 3ª, 5ª e Sáb.	Base Comum e Atividades Complementares	
7ª	1	Base Comum e Atividades Complementares		At. Agrícolas 2ª, 4ª e 6ª	At. Agrícolas 3ª, 5ª e Sáb.
	2	At. Agrícolas 2ª, 4ª e 6ª	At. Agrícolas 3ª, 5ª e Sáb.	Base Comum e Atividades Complementares	
8ª	1	Base Comum e Atividades Complementares		At. Agrícolas 2ª, 4ª e 6ª	At. Agrícolas 3ª, 5ª e Sáb.
	2	At. Agrícolas 2ª, 4ª e 6ª	At. Agrícolas 3ª, 5ª e Sáb.	Base Comum e Atividades Complementares	

Já para os anos finais, (5ª à 8ª série) os alunos teriam uma parte do dia destinada às disciplinas do núcleo comum do currículo e as atividades complementares abordariam: OSPB, Educação Física, Ensino Religioso e Programa de Saúde. As atividades agrícolas compreenderiam outra parte do dia.

Haveria ainda atividades agrícolas desencadeadas em práticas de pecuária e

comerciais.

Estruturação Curricular Agrícola do Ano 1991			
5ª à 8ª série Anos Finais do Ensino Fundamental	Turnos		
	Manhã		Tarde
	Base nacional comum e atividades diversificadas/práticas		
	Agrícolas	Pecuária	Comercial
	Silvicultura Olericultura Rizicultura Fruticultura Bananicultura Cultura de milho	Psicultura Caprinocultura Suinocultura Avicultura Cunicultura Apicultura Eqüinocultura	Associativismo e práticas sindicais Organização e comercialização Problemas ligados com a posse e uso da terra.

Toda a atividade da escola se daria em duas etapas do dia, as atividades agrícolas seriam desenvolvidas com metade de cada turma, em dias alternados, de modo que os alunos ainda tivessem tempo para ajudar em casa.

A organização do calendário escolar foi construída juntamente com o presidente da associação de pequenos produtores de Paracambi, visando estabelecer prioridades nas atividades de plantio e colheita de acordo com os respectivos meses, salientando que a banana produz o ano todo.

As atividades formais seriam suspensas nas férias escolares, mas as atividades agrícolas seriam mantidas em sistema de rodízio, sendo também oferecidas, opcionalmente, atividades de esporte, lazer e cultura.

Para complementação das atividades oferecidas pela escola seriam oferecidos cursos á comunidade rural. Tais cursos teriam duração e programas variáveis, de acordo com os objetivos específicos de cada um, entretanto teriam frequência obrigatória aos inscritos..

Pensando no projeto pedagógico da escola, é bom lembrar que este foi um aspecto de extrema importância na análise da equipe que elaborou o projeto da EMTE, pois tal estruturação refere-se às finalidades da ação educativa, implicando objetivos sociopolíticos, a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa, conforme destaca Libâneo (2004, p.29).

Além disso, conforme Ferreira (1999, p. 1241), gestão educativa significa tomar decisões, organizar, dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania [...] é um compromisso de quem toma decisões, de quem tem consciência do coletivo, de quem tem responsabilidade de formar seres humanos por meio da educação. E pensar no corpo pedagógico da escola pública remete obrigatoriamente, apensar a possibilidade de organicamente constituir a escola como espaço de contradição.

Nesse sentido, é fundamental, primeiramente, delimitar os processos de organização dos segmentos escolares diante do seu papel na escola pública. Entender que decisões quanto a finalidades e conteúdos devem ser tomadas para humanização da formação dos sujeitos, o que significa pensar em quais conteúdos da aprendizagem serão ensinados como conteúdos de vida e que devem abranger os conceitos científicos da cultura erudita e os conteúdos da prática social. (id., p.1238).

Cabe ao corpo pedagógico pensar na própria essência da escola e de seu papel, que passa a ser visto sob o ponto da organização em função dos seus sujeitos. Organizar-se coletivamente exige rigor teórico-prático de quem organiza, decide, dirige, debate, discute a organização escolar. Significa permitir o trabalho específico e, ao mesmo tempo orgânico, dos

sujeitos, em função das necessidades histórico-sociais dos seus alunos.

Nesse ínterim, tornava-se deveras especial, a possibilidade de um trabalho pedagógico estruturado. E, visando à boa dinâmica entre a vertente agrícola, ambiental e da base nacional comum, foi criado um corpo de profissionais que dessem conta dessa complexidade, afinal, como expressa Freire (1994): *Escola não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos... Escola é, sobretudo, gente (...).*

Os recursos humanos para o primeiro ano da escola obtiveram a seguinte estrutura:

Recursos Humanos - Primeiro Ano da Escola	
Corpo Administrativo Pedagógico	1 Diretor 2 Coordenadores de Turno
Corpo Técnico	2 Orientadores Pedagógicos 1 Orientador Educacional
Corpo Docente	2 Professores de 1ª série 1 Professor de Língua Portuguesa 1 Professor de Matemática 1 Professor de Geografia 1 Professor de História e OSPB 1 Professor de Ciências e Programas de Saúde 1 Professor de Educação Física 1 Professor de Educação Musical 1 Professor de Artesanato 1 Professor de Economia Doméstica 1 Professor de Ensino Religioso 3 Professores de Práticas Agrícolas
Corpo de Apoio	1 Bibliotecário encarregado de Multimeios 1 Encarregado de Laboratório e Material Didático
Limpeza ,Manutenção e Serviços Gerais	2 Serventes 1 Merendeira 1 Copeira
Administração Geral (Espaço Físico e Serviços)	1 Administrador Geral 1 Auxiliar de Administração (arquivo, mecanografia, serviços gerais e almoxarifado)

Conforme reportagem sobre a instalação da Escola foi destacado que *muito além de tão somente instrumentalizar o educando, a escola nasceu com a pretensão de ser um campo de experimentação* (O GLOBO, Jornal da Baixada, 1998). O espaço foi pensado para que se cultivassem os produtos necessários ao enriquecimento da economia rural. A escola foi gerada para ser um ponto de difusão das técnicas mais adequadas a cada caso e havia a perspectiva da instalação de um mercado produtor, ponto alto do projeto.

Para tanto, a Escola Terra de Educar desenvolveu um processo seletivo através de concurso público específico, na busca de profissionais que atendessem às demandas curriculares de seu projeto. Mas, nem tudo aconteceu da forma planejada, como veremos posteriormente.

1.2. Pensando a Escola Agrícola: Concepções e Finalidades

Considerando os altos índices do êxodo da juventude rural nas últimas décadas e entendendo a educação como prática social e histórica, repensar a formação de jovens rurais é uma necessidade para todos que estão comprometidos com a construção de uma sociedade

sustentável (CAMPOLIN, 2010) .

A sobrevivência das unidades de produção familiar está relacionada também à fixação da juventude no campo, tendo em vista que os filhos seriam os responsáveis em dar continuidade às atividades agropecuárias da família. Isto nos leva a refletir sobre a relação teoria e prática, educação e trabalho e, ao mesmo tempo, resgatar o significado que tem o trabalho nas condições de vida de jovens rurais. Discutir a realidade da juventude rural hoje implica um olhar mais atento às suas lutas, sonhos e angústias. Significa pensar nos problemas e nas perspectivas possíveis para essa parcela de jovens que se vê na fronteira entre manter-se no campo ou migrar para os centros urbanos à procura de melhores condições de vida. No entanto, se ficar no campo significa encarar uma dura realidade de privações e de falta de perspectivas, migrar para as cidades traz outras sérias conseqüências, como enfrentar o crescente desemprego, a pobreza e a violência. Há ainda que se levar em conta o despreparo das jovens e dos jovens rurais, em termos profissionais, para competir no restrito mercado de trabalho urbano, o que faz com que a escola do campo se torne cada dia menos atrativa. Podemos observar que esse fato está, no caso do município estudado, circunscrito possivelmente na tendência de esvaziamento do meio rural, acompanhado por um processo de urbanização do município pelo declínio da atividade agrícola. Contudo, não se desconhece que exista uma insatisfação dos pesquisadores quanto à delimitação das fronteiras entre rural e urbano, onde *há um vício de raciocínio na maneira como se definem as áreas rurais no Brasil, o que contribui decisivamente para que sejam assimiladas automaticamente a atraso, carência de serviços e falta de cidadania.* (IPEA, 2000).

Seria interessante levantar a questão de que a herança profissional exerce papel fundamental na formação de jovens rurais, cuja identidade se constrói com base neste "saber profissional", enraizado na tradição familiar. Desta forma, a atividade agrícola permite que os jovens rurais construam um saber que, fundamentado na atividade prática produtiva da família, se transforma em saber científico à medida que, na agricultura familiar, faz-se necessário maximizar a utilização dos recursos disponíveis na propriedade de modo a garantir a reprodução da unidade camponesa. Isso ocorre através de estratégias variadas que incluem desde o aproveitamento dos excedentes até a busca de melhores índices de produtividade. Para tal, os jovens rurais buscam também os meios intelectuais, presentes tanto no conhecimento recebido dos pais, principalmente os relativos à natureza e sua interferência no trabalho da terra, quanto novos conhecimentos adquiridos em outros espaços educativos, formais ou informais. Mas, eis a questão: se as famílias estão se afastando progressivamente do campo, o que fazer? Na busca de uma resposta para esta situação em que se encontra a escola é necessário atentar para o que Damasceno e Beserra (2004) apontam:

> É por isso que compreensão da importância das famílias que vivem e produzem no meio rural, atualmente, requer a compreensão de modos históricos e sociais por meio dos quais estas famílias reproduzem estilos ou modos de vida e de produção agropecuária. (p. 79)

Observe-se que Dias (2006), destaca a criação, na década de 1990, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que implementou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que, ao propor um critério de mensuração do desenvolvimento, pretende normalizar as ações que o promovam. Em relação ao IDH, afirma o mesmo autor que, na visão de Amartya Sem,

> o desenvolvimento tem a ver, principalmente, com o fortalecimento das capacidades de escolha e opção das pessoas, mas também com a realização de determinados potenciais que, por sua vez devem, preferencialmente, estar enraizados em valores culturais tradicionais.

2. CAPÍTULO II

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

De acordo com a I Conferência Intergovernamental da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), de 1977 expressou-se que "A Educação Ambiental é um processo que consiste em reconhecer valores e definir conceitos com o objetivo de fomentar as atitudes necessárias para compreensão das inter-relações entre o homem, sua cultura e seu meio biofísico[1]. A educação ambiental trabalha também a participação nas questões relacionadas com a qualidade do meio ambiente". Esta expressão supõe que a Educação Ambiental - EA é um processo ativo, o que implica na transformação crítica dos sistemas educativos e da comunicação atualmente vigente.

De acordo com os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) O termo "meio ambiente" tem sido utilizado para indicar um "espaço" em que um ser vive e se desenvolve, trocando energia e interagindo com ele, sendo transformado e transformando-o. No caso do ser humano, ao espaço físico e biológico soma-se o "espaço" sociocultural. Interagindo com os elementos do seu ambiente, a humanidade provoca tipos de modificação que se transformam com o passar da história. E, ao transformar o ambiente, o homem também muda sua própria visão a respeito da natureza e do meio em que vive.

Segundo a Lei n°. 9795, de 25 de abril de 1999, entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, tendo por objetivos fundamentais o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos, garantindo a democratização das informações ambientais, estimulando o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social, incentivando a participação individual e coletiva permanente e responsável na preservação do equilíbrio do meio ambiente entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

Vale ressaltar que se considera como marco legal fundamental, no Brasil, a Lei 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, que afirma, em seu artigo 2º, que *a educação ambiental é um componente essencial e permanente na educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.* E, em seu artigo 3º, inciso II, complementa essa idéia ao prescrever que cabe *às instituições educativas promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem*.

Os dados do Censo Escolar de 2004, apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, apontam que 151.929 escolas do Ensino Fundamental do Brasil (95%) dizem que fazem Educação Ambiental, dados esses indicativos da prática de EA, mas entendemos que ainda há um longo caminho a ser percorrido, sobretudo em função das diferentes formas de se entender o que realmente significa a EA.

[1] **Biofísica -** é uma ciência interdisciplinar que aplica as teorias e os métodos da física para resolver questões de biologia. A biofísica busca enxergar o ser vivo com um corpo, que ocupando lugar no espaço, e transformando energia, existe num meio ambiente o qual interage com este ser.

A educação ambiental compreende outros objetivos tão importantes quanto os citados anteriormente, sendo eles: O estímulo e a cooperação entre as diversas regiões do país, com vistas a construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, da igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; incentivando o fortalecimento da integração com a ciência, tecnologia, cidadania, autodeterminação dos povos, solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Diante das definições de educação ambiental apresentadas, considera-se cada vez mais urgente discutir este tema, pois o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso pelo homem dos recursos naturais disponíveis. Essa consciência já chegou à escola e muitas iniciativas têm sido desenvolvidas em torno desta questão, por educadores de todo o País. Por estas razões, viu-se a importância de se incluir a temática do Meio Ambiente como tema transversal dos currículos escolares, permeando toda prática Educacional, interligando às outras áreas do currículo e à necessidade de serem tratados de modo integrado, não só entre si, mas entre eles e o contexto histórico e social em que as escolas estão inseridas.

Devemos aprender que a educação ambiental não é uma matéria a mais nas nossas escolas. Não é um dado conteúdo pedagógico "extra" destinado a aumentar a carga de conteúdos de nossos currículos escolares. Não é uma nova ideologia ou uma nova pedagogia atrelada aos novos paradigmas, pois dentro de suas inúmeras vocações e vertentes cabem diferentes filosofias de vida, diversas ideologias (como projetos sociais de presente e futuro) e diferentes pedagogias. A educação ambiental é, ao lado de tudo o que a fundamenta e acompanha, um outro ponto de partida. É outro aprender a saber, olhar, sentir, viver e interagir entre nós, os seres humanos. Pois somente aprenderemos a preservar ou a tornar sustentável o meio ambiente quando aprendermos a criarmos entre e para nós um mundo igualitário, diferenciado, solidário, e livre.

Assim sendo, o tema Meio Ambiente é de suma importância e, torna-se indispensável ser trabalhado com seriedade e de forma continua. Indo além das fronteiras comemorativas em um processo constante, conscientizando toda comunidade escolar sobre a importância do cuidado com o Meio Ambiente.

Para desenvolver a Educação Ambiental é necessário partir da concepção que se tem de meio ambiente, considerando, portanto, alguns conceitos sobre esse tema, que, de acordo com Silliamy (1980), meio ambiente é o que circunda um indivíduo ou um grupo. A noção de meio ambiente engloba, ao mesmo tempo, o meio cósmico, geográfico, físico e o meio social, com suas instituições, sua cultura, seus valores. Esse conjunto constitui um sistema de forças que exerce sobre o individuo e nas quais ele reage de forma particular, segundo os seus interesses e suas capacidades.

Segundo Reigota (2002), meio ambiente é o lugar determinado ou percebido, onde elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação; essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído.

O artigo 225 da Constituição Federal ao estabelecer o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito dos brasileiros, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, também, atribui ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações.

Nesse sentido, trata-se da defesa e preservação pelo Poder Público e pela coletividade, de um bem público (o meio ambiente ecologicamente equilibrado), cujo modo de apropriação de seus elementos constituintes, pela sociedade pode alterar suas propriedades e provocar danos ou, ainda, produzir riscos que ameacem a sua integridade. A mesma coletividade que

deve ter assegurado o seu direito de viver num ambiente que lhe proporcione uma sadia qualidade de vida, também precisa utilizar os recursos ambientais para satisfazer suas necessidades.

Na vida prática o processo de apropriação e usos de recursos ambientais não acontecem de forma tranqüila. Há interesses em jogo e conflitos (potenciais e explícitos) entre atores sociais que atuam de alguma forma sobre os meios físicos, naturais e construídos visando seu controle e sua defesa.

O Brasil, além de ser um dos maiores países do mundo em extensão, possui inúmeros recursos naturais de fundamental importância para todo o planeta: desde ecossistemas importantes como as suas florestas tropicais, o pantanal, o cerrado, os mangues e restingas, até uma grande parte da água doce disponível para o consumo humano. Dono de uma das maiores biodiversidades do mundo, tem ainda uma riqueza cultural vinda da interação entre os diversos grupos étnicos — americanos, africanos, europeus, asiáticos, o que traz contribuições para toda a comunidade. Parte desse patrimônio cultural consiste no conhecimento importantíssimo, mas ainda pouco divulgado, dos ecossistemas locais: seu funcionamento, sua dinâmica e seus recursos.

A educação passa a adquirir novos significados no processo de construção de uma sociedade sustentável, democrática, participativa e socialmente justa, capaz de exercer efetivamente a solidariedade com as gerações presentes e futuras. Esta é uma exigência indispensável para a compreensão do bioma[2] local e para a preservação e conservação dos recursos naturais e socioculturais, patrimônios da humanidade.

2.1. Educar para as Futuras Gerações

Na década de 70, com o notável avanço da ecologia e de outras ciências correlatas, grande parte do conhecimento existente sobre o meio ambiente, que era suficiente para satisfazer às necessidades do passado, passou a ser insuficiente para embasar a tomada de decisões na organização ambiental da época.

Com a ampliação do "movimento ambientalista", na segunda metade do século XX, passaram a ser elaborados quase todos os aspectos do meio natural associados ao interesse pela situação do ser humano, tanto no plano da comunidade como no das necessidades individuais de vida e subsistência, destacando-se a relação entre os ambientes artificiais e os naturais.

A fim de buscar respostas a muitas dessas questões, realiza-se, em 1972, a Conferência de Estocolmo[3]. Desde então, a Educação Ambiental passa a ser considerada como campo da ação pedagógica, adquirindo relevância e vigência internacionais.

A Conferência de Estocolmo inspirou um interesse renovado na Educação Ambiental na década de 1970, tendo sido estabelecidos uma série de princípios norteadores para um programa internacional, além de ser planejado um seminário internacional sobre o tema, que se realizou em Belgrado, em 1975.

No Brasil, em 1973, cria-se a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), no âmbito e preocupar-se em definir seu papel no contexto nacional.

---

[2] **Bioma** - é um conjunto de diferentes ecossistemas. O bioma são as comunidades biológicas, ou seja, as populações de organismos da fauna e da flora interagindo entre si e interagindo também com o ambiente físico chamado biótopo.

[3] **Conferência de Estocolmo** - Suécia, no período de 5 a 16 de junho de 1972 ocorreu a reunião de 113 países para participarem da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo.

Segundo pesquisas realizadas após algumas reuniões internacionais (Estocolmo, 1972 e Belgrado, 1975) a problemática ambiental passou a ser analisada na sua dimensão universal. Neste contexto, surgem argumentos para serem discutidos e aprofundados, com objetivo de introduzir na educação ambiental algumas reflexões, tendo como ponto de partida a participação de cada individuo na solução dos problemas ambientais. A expansão do pensamento ambientalista é de fundamental importância para a realização da educação ambiental.

Sabemos que qualquer desarmonia existente entre os elementos constituintes do meio ambiente acarreta danos imensos a todos os seres vivos integrantes do planeta. É notória a necessidade de pensar uma mudança da sociedade, tendo por base uma perspectiva ecológica, que não deve ser entendida como ingênua ou impossível, mas como um conjunto de idéias que tendem a gerar atividades visando mudanças no sistema, e, nessa perspectiva é primordial capacitar teoricamente os educadores para que tenham um conhecimento mais abrangente em relação à problemática ambiental.

Diante disso, no Brasil, a Política Nacional do Meio Ambiente, definida por meio da Lei nº 6.983/81, situa a Educação Ambiental como um dos princípios que garantem

> a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no país condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Estabelece, ainda, que a Educação Ambiental deve ser oferecida em todos os níveis de ensino e em programas específicos direcionados para a comunidade. Visa, assim, à preparação de todo cidadão para uma participação na defesa do meio ambiente.

O Decreto n. º 88.351/83, que regulamenta a Lei n. º 226/87, determina a necessidade da inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º graus. Recomenda ainda a incorporação de temas ambientais da realidade local compatíveis com o desenvolvimento social e cognitivo da clientela e a integração escola-comunidade como estratégia de aprendizagem.

Em 1987, realiza-se o Congresso Internacional sobre a Educação e Formação Relativas ao Meio Ambiente, em Moscou, Rússia, promovido pela UNESCO. No documento final, *Estratégia internacional de ação em matéria de educação e formação ambiental para o decênio de* 90, ressalta-se a necessidade de atender prioritariamente à formação de recursos humanos nas áreas formais e não-formais da Educação Ambiental e na inclusão da dimensão ambiental nos currículos de todos os níveis de ensino.

A Conferência Rio-92 estabelece uma proposta de ação para os próximos anos, denominada Agenda 21. Esse documento procura assegurar o acesso universal ao ensino básico, conforme recomendações da Conferência de Educação Ambiental (Tbilisi, 1977) e da Conferência Mundial sobre Ensino para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem (Jomtien, Tailândia, 1990).

Na década de 1990, o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) desenvolveram diversas ações para consolidar a Educação Ambiental no Brasil. No MEC, são aprovados os novos "Parâmetros Curriculares" que incluiram a Educação Ambiental como tema transversal em todas as disciplinas. Desenvolveu-se, também, um programa de capitação de multiplicadores em Educação Ambiental em todo o país. O MMA cria a Coordenação de Educação Ambiental, que se prepara para desenvolver políticas nessa área no país e sistematizar as ações existentes. O IBAMA cria, consolida e capacita os Núcleos de Educação Ambiental (NEAs) nos estados, o que permite desenvolver Programas

Integrados de Educação Ambiental para a Gestão.

Várias Organizações Estaduais do Meio Ambiente (OEMAs) implantaram programas de Educação Ambiental e os municípios criaram as Secretarias Municipais de Meio Ambiente, as quais, entre outras funções, desenvolvem atividades de Educação Ambiental. Paralelamente, as ONGs têm desempenhado importante papel no processo de aprofundamento e expansão das ações de Educação Ambiental que se completam e, muitas vezes, impulsionam iniciativas governamentais.

Podemos afirmar, hoje, que as relações entre sociedade civil organizada e instituições governamentais responsáveis pela educação ambiental caminham cada vez mais juntas para a construção de uma cidadania ambiental sustentável, baseada na participação, justiça social e democracia consciente.

É evidente que o aprofundamento de processos educativos ambientais apresenta-se como uma condição sem a qual não se pode construir uma nova racionalidade ambiental que possibilite modalidades de relações entre a sociedade e a natureza, entre o conhecimento científico e as intervenções técnicas no mundo, nas relações entre os grupos sociais diversos e entre os diferentes países em um novo modelo ético, centrado no respeito e no direito à vida em todos os aspectos.

A informação, a aquisição de conhecimentos e a integração de esforços são condições para avançar na construção da sociedade. Por isso é necessário perguntarmos hoje: Quais são os conceitos centrais com os quais nos defrontamos e cuja compreensão é imprescindível para cumprir-se efetivamente a tarefa como educadores responsáveis pela formação das gerações que viverão no próximo século?

Nesse contexto, fica evidente a importância de se educar os futuros cidadãos para que, venham a agir de modo responsável e com sensibilidade, conservando o ambiente saudável no presente e preservando este ambiente para as futuras gerações; como participantes do governo ou da sociedade civil, saibam cumprir suas obrigações, exigindo e respeitando os direitos próprios e os de toda a comunidade, tanto local como internacional; e, como pessoas, encontrem-se acolhidas para ampliar a qualidade de suas relações intra e interpessoais com o ambiente tanto físico quanto social.

Como se infere da visão aqui exposta, a principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário mais do que informações e conceitos, é preciso que a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos voltados para a preservação do meio ambiente muito além das datas comemorativas, fazendo dessa aprendizagem um processo contínuo e constante no decorrer de todo o processo ensino-aprendizagem de seu alunato. E esse é de fato, um grande desafio para a educação.

Atentos as inúmeras mudanças pelas quais a sociedade atual vem passando, advindas principalmente da crise do paradigma civilizatório (manifesta principalmente através das várias formas de exploração da natureza e da miserabilidade humana) e dos impactos do capitalismo globalizado - os PCNs, apesar de todas as críticas que se possam fazer à forma com que foram elaborados e repassados às instâncias educativas, são apresentados como uma reunião de proposta atuais e eficazes para analisar as políticas curriculares nacionais no que concerne a elaboração de projetos educativos, ao planejamento didático, o material didático utilizado e principalmente as reflexões sobre a prática pedagógica em geral. Sua aplicabilidade está pautada em vários fatores diferentes mais intimamente relacionados tais como: a competência político-executiva dos órgãos competentes na esfera Estadual e municipal; a diversidade sócio cultural das diferentes regiões do país e a autonomia dos

professores e das equipes pedagógicas, o que já por si só representa um enorme desafio.

Após essas considerações é preciso ressaltar o que Juana Sancho (1998) salienta ao nos recordar que infelizmente essa nova proposta curricular não veio acompanhada de uma necessária reforma social, política, cultural e econômica que enfrente os problemas básicos que perpetuam a situação dos sistemas educativos públicos (SANCHO, 1998: 16). Não podemos em momento algum ignorar o obvio. A escola não educa sozinha. Se não existir um pacto social com as demais instituições sociais (inclusive a família) somadas às reformas necessárias ao seu desenvolvimento, não será possível formar o cidadão nos valores propostos pelos PCNs, sobretudo em relação a transversalidade ambiental. Observe-se que os PCNs foram elaborados em meio a uma avalanche de reformas educativas cuja base ideológica maior se pautava nos ditames do Banco Mundial, centrado numa perspectiva do neoliberalismo, acentuadamente majoritário nas políticas públicas dos anos de 1990. Portanto, é de se extrair deles aquilo que nos parece possível de ser entendido como um avanço na concepção pedagógica e analisar criticamente todos os seus contornos e suas implicações, para nos colocarmos como atores responsáveis e não como objetos inertes diante dos ditames centrais.

2.2. O Meio Ambiente como Tema Transversal

De uma forma geral a educação ambiental pode ser entendida como uma ferramenta privilegiada para o estabelecimento de um novo contrato com a natureza, baseado em uma conscientização mais profunda, tanto dos elementos que compõem o meio ambiente, onde o homem passa a ser encarado como um elemento-chave do contexto ambiental, quanto da necessidade de ver o meio ambiente como condição maior da vida (CARVALHO, 2003, p. 19). Foi através da criação do Projeto Internacional de Educação Ambiental (PIEA) aprovado na Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente humano, em Estocolmo (1972), que pela primeira vez se reconheceu oficialmente a importância da ação educativa para as questões ambientais. A partir daí, as outras Conferências que se seguiram como a de Belgrado (1975), Tbilisi (1977), Moscou (1987) e Rio – 92, ratificaram esse ideal, defendendo o ensino formal como um eixo essencial para que a educação ambiental pudesse ser viabilizada; insistindo que esta fosse incluída nos sistemas educativos de todos os países.

A forma como a educação ambiental foi discutida e incentivada nos PCNs, especificamente em seu volume 9 (nove), não representa nada mais do que uma forma de viabilizar essa inclusão, reconhecendo o que todos já sabíamos, ou seja, que se a escola assume um papel fundamental na formação de cidadãos responsáveis e ativos resgatando valores essenciais como ética, fraternidade e respeito para com a vida em geral, a EA não poderia estar fora desta. Devido a sua abordagem holística[4] e integradora ela é trabalhada de maneira mais sensível nos PCNs, através da proposição do meio ambiente como tema transversal (PCN, vol. 9).

A legitimação dessa transversalidade, implícita na temática ambiental, representa um passo essencial para que a E.A. não continue a ser erroneamente pensada e reduzida na escola a mais uma disciplina da grade curricular, pertinente às Ciências Biológicas. Os problemas ambientais não se restringem apenas à proteção da vida, mas à qualidade da mesma. Desse modo, a distribuição desigual de renda e a injustiça social generalizada, decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado, a corrida tecnológica, o individualismo crescente e os desafios da pluralidade cultural que hoje caracterizam o mundo globalizado, também são encarados como ambientais.

[4] **Abordagem holística** - Aquela que prega a compreensão integral dos fenômenos, não apenas das suas partes separadas (John O. Stevens).

2.3. A Educação Ambiental nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na LDB

Como vimos anteriormente, a educação ambiental permite que o processo pedagógico se desenvolva sob diferentes aspectos, que se complementam uns aos outros. Assim, há espaço para momentos em que ocorrem: transmissão de conhecimento; construção do conhecimento e desconstrução das representações sociais, principalmente as dos próprios professores, fundamentados na interação entre ciência e cotidiano; conhecimento científico, popular e representações sociais; participação política e intervenção cidadã. Descarta-se completamente a relação predominante de que o professor ensina e o aluno aprende, e se estabelece o processo dialógico entre gerações diferentes, com a discussão de possibilidades de ações conjuntas que garantam vida saudável para todos, sem se esquecer da "herança ecológica" que deixaremos às gerações futuras.

Com a educação ambiental, a escola, os conteúdos e o papel do professor e dos alunos são colocados em uma nova situação, não apenas relacionada com o conhecimento, mas sim com o uso que fazemos dele e sua importância para a nossa participação política cotidiana. Conforme o art.1º, da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, *a educação ambiental deve ser definida como um conjunto de processos a partir dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências*.

O caráter da vida dos seres humanos é um processo, uma construção da qual participa cada indivíduo na relação com os outros. As relações entre as pessoas são mediadas pelas instituições em que convivem, pelas classes e categorias a que pertencem e pelos interesses e poderes que nelas circulam. (MEC,1998).

Os pequenos eventos de comunicação presentes no cotidiano de cada indivíduo produzem uma massa de informações que determinam seu comportamento social. Quando ele é inserido no contexto da escola todo o seu histórico de vida passa a ser confrontado com situações que, por vezes, lhe permite trocar informações. Desse modo é que o conhecimento formal exercerá uma influência positiva e mediadora sobre este indivíduo, promovendo uma consciência de valorização de princípios e o aprimoramento de atitudes que visem a sua participação na luta por melhores condições de vida.

Neste contexto, a Educação Ambiental se utilizará de toda a bagagem de informações trazidas pelo indivíduo, fruto das suas relações com o meio social. A escola, como pólo irradiador de conhecimento e de aglutinação da comunidade, constituirá base de informação de uma consciência cidadã coletiva, instrumentalizando a população para ser capaz de construir mecanismos de controle e mudanças. (ZEPPONE, 1999)

A resposta que a escola deve dar aos apelos do mundo é não deixar que os impactos ambientais, os crimes contra a fauna e a flora e os desequilíbrios ecológicos passem despercebidos como meras notícias. Sempre é tempo de mostrar que a sociedade tecnológica terá um preço muito alto a pagar, se não criar condições de controle e preservação dos recursos vitais. E como tema transversal, a Educação Ambiental garantirá que todo conhecimento difundido pela escola promova discussões e reflexões que se transformem em ações coletivas, que garantam uma qualidade de vida no presente e para as futuras gerações.

A temática ambiental envolve questões relacionadas tanto à proteção e melhoria do meio ambiente, quanto à melhoria da qualidade de vida das comunidades. Nesta perspectiva, são estudados os aspectos físicos, biológicos, geográficos, as diversas interações do homem com a natureza através das relações sociais, do trabalho, da ciência, da arte, da tecnologia, etc. O estudo de tais questões exige o conhecimento dos conteúdos das disciplinas do currículo escolar, como, também, as discussões dos valores existentes na interação homem e natureza. A temática do meio ambiente está desta forma impregnada no conjunto de disciplinas

curriculares, ocupando assim uma posição de transversalidade. (MEC, 1998).

O conhecimento e a ação da transversalidade trazem mudanças na prática pedagógica do professor e no processo ensino-aprendizagem. Os temas transversais propõem que os professores assumam a condição de intelectuais transformadores, direcionando os alunos para a criticidade e para a ação transformadora.

E para atingir o seu fundamental objetivo que é suscitar mudanças de comportamento da sociedade, a Educação Ambiental é garantida pela Lei Estadual n° 3325/99 e pela Lei Federal n° 9795/99, com o objetivo da responsabilidade de todas as áreas do conhecimento. Professores de todas as disciplinas e a direção da escola devem estar empenhados na construção de um Projeto Pedagógico que inclua a problemática ambiental, pois a ação interdisciplinar exige que o professor compartilhe sua forma de trabalhar com os colegas de profissão.

A inter e transdisciplinaridade que demanda o saber ambiental não é a busca de um paradigma globalizante do conhecimento, a organização sistêmica do saber e a uniformização conceitual por meio de uma metalinguagem interdisciplinar.

Além do propósito de gerar um paradigma onicompreensivo, de ecologizar[5] o saber ou de formular uma metodologia geral para o desenvolvimento do conhecimento, o saber ambiental problematiza o conhecimento, porém sem desconhecer a especificidade das diferentes ciências historicamente constituídas, ideologicamente legitimadas socialmente institucionalizadas.

O saber ambiental está num processo de construção. Em muitos campos ainda não se constituiu como um conhecimento acabado que possa integrar-se às pesquisas interdisciplinares ou desagregar-se em conteúdos curriculares para incorporar-se a novos programas de formação ambiental. (LEFF, 2002).

O saber ambiental tampouco constitui uma "dimensão" neutra e homogênea para ser assimilada pelos paradigmas atuais de conhecimento. Pelo contrário, o saber ambiental depende do contexto ecológico e sociocultural no qual emerge e se aplica. É um saber que nasce diferenciado, em relação com o objeto e o campo temático de cada ciência, questionando e induzindo uma transformação desigual de seus conceitos e métodos.

A questão ambiental gera, assim, processos de fertilizações transdisciplinares, por meio da transposição de conceitos e métodos entre diferentes campos do conhecimento. Nesse processo vai se definindo o "ambiental" de cada ciência centrada em seu objeto de conhecimento, que leva a sua transformação para internalizar o saber ambiental que emerge em seu entorno. São esses corpos transformados de conhecimento os que se entendem para uma articulação interdisciplinar do saber ambiental.

Portanto, é possível perceber que, o saber ambiental abrange não somente a questão da diversidade cultural no conhecimento da realidade, mas também o problema da apropriação de conhecimentos e saberes dentro de diferentes ordens culturais e identidades étnicas. Ele não apenas gera um conhecimento científico mais objetivo e abrangente, mas também produz novas significações sociais, novas formas de subjetividade e de posicionamento ante o mundo.

Trata-se de um saber que não escapa à questão do poder e à produção de sentidos civilizatórios. Assim, ele também, reconhece as identidades dos povos, suas cosmologias e saberes tradicionais como parte de suas formas culturais de apropriação de seu patrimônio de

[5] **Ecologizar** - é uma expressão proposta pelo arquiteto e ambientalista brasileiro Maurício Andrés Ribeiro. Isso significa adotar uma ação de introduzir a dimensão ecológica nos vários campos da vida e da sociedade. Ribeiro assinala que *ecologizar* é um verbo que ainda não existe em dicionários, mais expressa a ação de introduzir a dimensão ecológica nos vários campos da vida e da sociedade.

recursos naturais. Logo, inscreve-se dentro dos interesses diversos que constituem o campo conflitivo do ambiental. Emergem daí novas formas de subjetividade na produção de saberes, na definição dos sentidos da existência e na qualidade de vida dos indivíduos, em diversos contextos culturais.

Nesse sentido, mais que reforço da racionalidade científica prevalece, o saber ambiental impulsiona novas estratégias conceituais para construir uma nova racionalidade social. Dentro dessa conjuntura, cada acontecimento do cotidiano estará relacionado à nova mentalidade de consciência ambiental, pois a complexidade ambiental emerge do diálogo entre saberes e conhecimentos.

Este fato nos leva a uma reflexão de como o pedagogo juntamente com o corpo docente da escola conduzirá o seu planejamento, tornando-o flexível às situações existentes na própria comunidade: o lixo, o esgoto, o abastecimento de água, o deslocamento de um lugar para o outro, tudo deverá estar relacionado com a forma de interpretar, analisar, calcular, dissertar e refletir sobre o meio ambiente.

Um problema individual passa a ser um problema coletivo, e o cidadão passa a exercer a função de um agente ambiental, tornando-se responsável pelas transformações do espaço e dos lugares, e exigindo que, tanto as pequenas infrações quanto as grandes catástrofes sejam evitadas.

A esse respeito destaca Leff (2002, p. 183):

> O diálogo de saberes na gestão ambiental, num regime democrático, implica a participação das pessoas no processo de produção de suas condições de existência". Por isso é o encontro entre a vida e o conhecimento, a confluência de identidades e saberes. A encruzilhada
> pela sustentabilidade é uma disputa pela natureza e uma controvérsia pelos sentidos alternativos do desenvolvimento sustentável. Isso faz com que a sustentabilidade tenha como condição iniludível a participação de atores locais, de sociedades rurais e comunidades indígenas, a partir de suas culturas, seus saberes e suas identidades.
> Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade ambiental ultrapassa o campo científico, acadêmico e disciplinar do conhecimento formal certificado e se abre para um diálogo de saberes, em que se dá o encontro entre o conhecimento codificado das ciências e os saberes organizados pela cultura.

A compreensão do ser no saber, a compenetração[6] das identidades nas culturas incorporam um princípio ético que se traduz num guia pedagógico. Um exemplo dessa realidade pode ser encontrado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), onde é relatado que os profissionais de educação da rede pública de ensino precisam receber formação complementar em suas respectivas áreas de atuação, através de convênios, para que possam trabalhar com projetos de E.A.

O embasamento teórico conceitual deve levantar questões diversificadas com temas importantes como a reciclagem, a utilização dos fertilizantes e agrotóxicos, a poluição do ar, da água, do solo, o desmatamento, a biodiversidade e todas as outras temáticas ambientais.

É interessante notar que a questão da capacitação dos professores em Educação Ambiental também está regida pela Lei 3.325, de 17 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental e completa a Lei Federal n° 9795/99 no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Art.11° - Devem constar dos currículos dos cursos de formação de professores, em

[6] **Compenetração** - convencer intimamente; incutir no íntimo de: compenetrar alguém de seus direitos, convencer-se, persuadir-se: compenetrou-se da verdade.

todos os níveis e nas disciplinas os temas relativos à dimensão ambiental e suas relações entre o meio social e natural.

Esta situação nos remete a uma proposta de reorganização curricular onde a concepção de educação promova um ambiente especializado de aprendizagem que inclua uma consciência da interdependência planetária, a congruência do bem-estar pessoal e global, o papel e o leque de responsabilidades do educador.

2.4. Como Ensinar Educação Ambiental

A educação ambiental é um processo que consiste em reconhecer valores e definir conceitos com o objetivo de fomentar as atitudes necessárias para compreensão das inter-relações entre o homem, sua cultura e seu meio biofísico. "A educação ambiental trabalha também a participação nas questões relacionadas com a qualidade do meio ambiente". Esta expressão supõe que a educação ambiental é um processo ativo, o que implica na transformação crítica dos sistemas educativos e da comunicação atualmente vigente.

A educação ambiental é um processo mais amplo e complexo que a educação escolar como uma dimensão da educação. Ela é mais que o ensino de ciências e de ecologia, pois tem como objetivo mudanças de atitudes, cuidado e respeito dos sujeitos com o ambiente; tratando dos valores, das necessidades de promover mudanças de comportamento, de responsabilidade, participação e cidadania.

A educação ambiental tem que ser vista como uma das maneiras possíveis de evitar ou minimizar a destruição do ambiente; como busca de uma convivência harmoniosa com a natureza, ou ainda, como conservação da qualidade de vida. Uma educação voltada para que os sujeitos se reconheçam como integrantes do ambiente. É a busca de uma nova conduta.

Uma educação onde as pessoas consigam ter uma relação positiva no ambiente em que vivem, de respeito com todos os outros seres vivos, podendo usufruir desse ambiente como fonte de sobrevivência, de satisfação, de prazer e de tranqüilidade.

É notória a necessidade de uma educação que proporcione a melhoria da qualidade de vida de cada cidadão, e o trabalho pedagógico é essencial para desenvolver em cada comunidade a consciência da importância da problemática ambiental. A educação ambiental surge para quebrar paradigmas e ampliar os horizontes, em busca de alternativas individuais e coletivas frente aos problemas técnicos e sócio-ambientais.

O trabalho com o tema Meio Ambiente traz a necessidade de aquisição de conhecimento e informação por parte da escola para que se possa desenvolver um trabalho adequado junto aos alunos. Pela própria natureza da questão ambiental, a aquisição de informações sobre o tema é uma necessidade constante para todos. Isso não significa dizer que os professores deverão "saber tudo" para que possam desenvolver um trabalho relacionado à temática ambiental, mas sim deverão se dispor a aprender sobre o assunto e, mais do que isso, transmitir aos educandos a noção de que o processo de construção e de produção do conhecimento é constante.

A Educação Ambiental deve ser desenvolvida com o objetivo de ajudar os alunos a construírem uma consciência global das questões relativas ao meio para que possam assumir posições afinadas com os valores referentes à sua proteção e melhoria. Para isso é importante que possam atribuir significados àquilo que aprendem sobre a questão ambiental. E esses significados são resultado da ligação que o aluno estabelece entre o que aprende e a sua realidade cotidiana, da possibilidade de estabelecer ligações entre o que aprende e o que já conhece, e também da possibilidade de utilizar o conhecimento em outras situações.

A perspectiva ambiental oferece instrumentos para que o aluno possa compreender problemas que afetam a sua vida, a de sua comunidade, a de seu país e a do planeta. Muitas

das questões políticas, econômicas e sociais são permeadas por elementos diretamente ligados à questão ambiental. Nesse sentido, as instituições de ensino devem se organizar de forma a proporcionar oportunidades para que o aluno possa utilizar o conhecimento sobre Meio Ambiente para compreender a sua realidade e atuar sobre ela. O exercício da participação em diferentes instâncias (desde atividades dentro da própria escola, até movimentos mais amplos referentes a problemas da comunidade) é também fundamental para que os alunos possam contextualizar o que foi aprendido. O trabalho com a realidade local possui a qualidade de oferecer um universo acessível e conhecido, por isso, passível de ser campo de aplicação do conhecimento.

Grande parte dos assuntos mais significativos para os alunos estão circunscritos à realidade mais próxima, ou seja, sua comunidade, sua região. E isso faz com que, para a Educação Ambiental, o trabalho com a realidade local seja de importância vital. Mas, por outro lado, a apreensão do mundo por parte da criança não se dá de forma linear, do mais próximo ao mais distante. As questões ambientais oferecem uma perspectiva particular por tratar de assuntos que, por mais localizados que sejam, dizem respeito direta ou indiretamente ao interesse do planeta como um todo. Isso determina a necessidade de se trabalhar com o tema Meio Ambiente de forma não-linear e diversificada.

Portanto, para que os alunos possam compreender a complexidade e a amplitude das questões ambientais, é fundamental oferecer-lhes, além da maior diversidade possível de experiências, uma visão abrangente que englobe diversas realidades e, ao mesmo tempo, uma visão contextualizada da realidade ambiental, o que inclui, além do ambiente físico, as suas condições sociais e culturais. Os conteúdos de Meio Ambiente serão integrados ao currículo através da transversalidade, pois serão tratados nas diversas áreas do conhecimento, de modo a introduzir toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, criar uma visão global e abrangente da questão ambiental.

O método construtivista da aprendizagem, em seu processo de construção do conhecimento, considera os conceitos prévios dos alunos, que constroem seus conhecimentos a partir de suas experiências na procura das mudanças conceituais e na concepção do ensino como transformação e evolução gradativa. Do ponto de vista construtivista, ensinar implica proporcionar situações de ensino-aprendizagem nas quais as pessoas entrem em conflito e se vejam obrigadas a atualizarem seus esquemas mentais e afetivos e a explicarem seus preconceitos, conseguindo assim, construir outros esquemas cada vez mais amplos e complexos, com maior quantidade e qualidade de inter-relações e, assim mais estruturados. Tendo em vista que o ensino para o meio ambiente está intimamente associado à cultura, acredita-se que, por meio do construtivismo, seja possível despertar no aluno um novo olhar para as questões ambientais, tornando-os mais conscientes e reflexivos ao desenvolver uma aprendizagem que proporciona uma memória compreensiva e um conhecimento que se enlaça com aquilo que já se sabe.

3. CAPÍTULO III

DESCAMINHOS TRILHADOS...

A história da educação rural emerge da necessidade de contestar o discurso formal da igualdade e do estado de direito, instituído desde a Revolução Francesa enquanto uma educação aberta aos camponeses, indígenas, mulheres, trabalhadores rurais, quilombolas, assentados etc. populações que historicamente tem sido excluídas do usufruto dos bens materiais e culturais produzidos socialmente.

Desse modo, a concepção de ensino vinculado ao trabalho é definida por várias correntes de pensadores que tem colocado e discutido a questão do principio do trabalho na escola, entre eles, Pistrak, educador russo e autor da obra Fundamentos da Escola do Trabalho escrita em 1924, é um crítico das abordagens que havia até então em sua época e, elaborou uma proposta de vinculo entre a educação e o trabalho real na produção. Para Pistrak:

> O trabalho na escola, enquanto base da educação deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil, sem o que perderia seu valor essencial, sem aspecto social, reduzindo-se de um lado, à aquisição de algumas normas técnicas e, de outro a procedimentos metodológicos capazes de ilustrar este ou aquele detalhe de um curso sistematizado. (PISTRAK, 2000, p.38).

Nesse sentido, a importância de Pistrak (2000) está no fato de que, foi a ele que os movimentos sociais, inclusive o MST recorreu como influência teórica, para pensar um dos princípios de sua pedagogia: a educação para o trabalho e pelo trabalho. Isso ocorre, sobretudo, porque essa é a proposta que melhor atende às necessidades dos movimentos sociais.

3.1. Distância entre o Planejado e o Efetivado

É preciso pensar a educação do campo vinculada à luta dos movimentos sociais do campo. Segundo Arroyo:

> O movimento social no campo representa uma nova consciência do direito a terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, a saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizaram, os riscos que assumem, mostra quanto reconhecem sujeitos de direitos. (ARROYO, 2004, p. 73).

Diante do exposto, percebe-se que o pensamento de Pistrak (2000) mesmo tendo acontecido em outro contexto sócio-histórico, já visava uma escola nova, com atividades realizadas em oficinas para desenvolver nos alunos hábitos de trabalho e principalmente conhecimentos das técnicas e da organização. Ou seja, a escola deverá ser mediada pelos próprios sujeitos sociais e não pelo mercado, estabelecendo assim, uma questão própria de participação e cidadania.

Observe-se que as constituições brasileiras, desde a primeira, de 1824 até a de 1988,

nunca se referiram à educação rural, como uma forma específica de trabalhar na sala de aula, valorizando diferenças étnicas e culturais, trabalho agrícola e a vida de população do campo. Só a Constituição de 1988, no seu artigo 212, proclama a educação como "direito de todos e dever do Estado", transformando-a, assim, em direito público subjetivo, independentemente de se residir na área urbana ou rural. Desse modo, os princípios e preceitos constitucionais da educação abrangem todos os níveis e modalidades do ensino ministrado em qualquer parte do país.

Assim, deixa brecha para que se adapte a educação à realidade de cada escola. Partindo daí, grupos organizados da sociedade civil começaram a pensar numa educação mais adequada para as escolas rurais e procuraram contribuir com propostas mais concretas para a nova LDB. Oito anos depois de promulgada a nova Constituição, em dezembro de 1996, surge a nova LDB (Lei 9.394), diga-se de passagem que não mais tão nova para nós, mas que dá um tratamento periférico à educação rural, pois só no seu artigo 28 trata diretamente da mesma.

> **Art. 28** – Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
> I *conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;*
> II *organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do trabalho agrícola e às condições climáticas;*
> III *adequação à natureza do trabalho na zona rural.*

Baseada na Constituição de 1988, que trata a educação rural no âmbito de igualdade de direito e do respeito às diferenças, a LDB também abre espaço para uma adequação da escola à vida da população rural quando se refere às diferenças regionais, como dita o artigo 26.

Art. 26 – Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Porém, podemos dizer que esse artigo não respeita a maioria das realidades camponesas. Saviani (2000) mostra a contradição na lei ao garantir uma educação básica para a população rural afirmando que a educação vista na LDB se refere exclusivamente à educação escolar, como segue:

> A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
> §1º-Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, nas instituições próprias.
> §2º- A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Em 1997, com a presença de professores, Universidades, que desenvolviam atividades pedagógicas nos projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, movimentos sociais etc., acontece a I Conferência no I ENERA (Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária) com o objetivo de discutir políticas públicas para as áreas de reforma Agrária.

No ano seguinte (1998) acontece em Luziânia – GO a I Conferência Nacional Por uma

Educação Básica do Campo, com o objetivo de pensar novas alternativas e projetos visando a superação das práticas pedagógicas existentes no meio rural, bem como, recolocar o campo e a educação que a ele se vincula, na agenda política do país, além de pensar uma educação articulada ao desenvolvimento.

A partir daí se reafirmou a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos, seguindo-se a isso as mobilizações nos estados e o debate envolvendo a sociedade, visando conquistas políticas para o campo, delineando no âmbito desta luta a aprovação das "Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo" (Parecer nº 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação), propondo medidas de adequação da escola à vida do campo, estimulando propostas pedagógicas que contemplem a diversidade do campo, implicando o respeito às diferenças e à política de igualdade, tratando a educação escolar sob a perspectiva da inclusão.

A aprovação das Diretrizes Operacionais para uma Educação Básica nas Escolas do Campo representa um importante avanço na construção do Brasil rural, de um campo de vida, onde a escola é o espaço essencial para o desenvolvimento humano. Apesar disso, o conteúdo curricular não tem sido trabalhado no contexto das escolas do campo. Segundo Edla Soares, relatora das Diretrizes das escolas do campo, *qualquer proposta pedagógica, seja no campo, seja na cidade, deve ser organizada de acordo com a LDB e as Diretrizes Operacionais, mas com o pé fincado na realidade local* (BRASIL, 2002, p. 67). Diante desse contexto, a aprovação dessa Diretriz, como também as discussões nos colóquios, conferências, seminários entre outros nos últimos anos (1998 – 2009) em torno de uma educação do campo, têm se dado, sobretudo, pelo entendimento e pela luta dos atores sociais do campo, de que a educação é um direito constitucional. *[...] estamos colocando a educação rural onde deve ser colocada, na luta pelos direitos. A educação básica, como direito ao saber, direito ao conhecimento, à cultura produzida socialmente*. (ARROYO, 2004, p.71).

Ainda em 2001 também aconteceu a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), que, de algum modo, chama a atenção para a diversidade do campo. Segundo anuncia o documento:

> (...) a oferta do ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do País e a ampliação da oferta das quatro séries regulares em substituição às classes isoladas uni docentes é meta a ser perseguida, consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade. (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001, p. 31).

Desse modo, entendemos que é por meio das políticas públicas que se pode universalizar o acesso de todo o povo à educação. Tendo em vista que essa perspectiva deve tratar de uma educação dos sujeitos do campo e não como uma política educacional feita para o meio rural.

Nesse aspecto, a educação do campo recusa a neutralidade política e científica e afirma concepções e práticas emancipatórias da humanidade. Com isso, a educação do campo submerge da compreensão de que a educação é um processo permanente de afirmação da condição de ser do sujeito histórico. Sua proposição fundamental constitui em estimular processos que promovam a liberdade, emancipação, autonomia individual e coletiva.

Essa perspectiva de educação se fundamenta no pensamento marxista/freireano, na concepção de homem construtor da sua história e da sua cultura, enquanto ser da práxis. Dentre os princípios que fundamentaram as propostas para a Educação do Campo destaque-se aquele referenciado quando da realização da II Conferência da Educação do Campo, realizada em 2004, que enfatiza:

> Defendemos um tratamento específico da Educação do Campo com dois argumentos básicos: - a importância da inclusão da população do campo na política educacional brasileira, que é condição de construção de um projeto de educação nacional, vinculado a um projeto de desenvolvimento nacional, soberano e justo. Na situação atual esta inclusão somente poderá ser garantida através de uma política pública específica: de acesso e permanência e de projeto pedagógico; - a diversidade dos processos produtivos e culturais que são formadores dos sujeitos humanos e sociais do campo e que precisam ser compreendidos e levados em conta na construção do projeto pedagógico da educação do campo.

Refletindo a problemática acima delineada, estudiosos, integrantes de movimentos sociais, igrejas, ONGs, algumas universidades e prefeituras começaram a se lançar na construção de opções diferentes de educação para o campo, a maioria delas centradas numa concepção que parte da realidade rural para a construção do conhecimento pelos professores, pais e alunos, valorizando a cultura local, incentivando a auto-estima e colocando a escola e a educação formal a serviço de uma perspectiva de sustentabilidade socioambiental e includente.

Tais experiências sempre buscaram criar uma nova educação rural, quer forçando o surgimento de novas leis quer buscando implementar aspectos da legislação que, embora existentes, eram ignorados pelas autoridades encarregadas de implementá-los.

Isso é uma constatação histórica que não pode ser negada, mas que nos impulsiona a dar um passo à frente.

De fato, apesar de o Brasil ser um país de origem eminentemente agrária, a educação rural aqui vinculada às populações e suas diversidades campesinas nunca foi alvo de interesse dos governantes, ficando sempre relegada a segundo ou terceiro plano, "apêndice" da educação urbana. Foi e é uma educação que se limita à transmissão de conhecimentos já elaborados e leva para os alunos da zona rural a metodologia usada nas escolas da cidade. Tal fato pode ser analisado com a proposta de matriz curricular da EMTE que diferenciadamente de sua gênese, hoje notoriamente demonstra um currículo quase "idêntico" das outras escolas da Rede Municipal, salvo umas poucas e tímidas disciplinas que permaneceram no decorrer dos anos.

Vejamos:

ESCOLA MUNICIPAL TERRA DE EDUCAR

MATRIZ CURRICULAR 2010

DISCIPLINAS	**5ª**	C.H. anual	**6ª**	C.H. anual	**7ª**	C.H. anual	**8ª**	C.H. anual
PORTUGUÊS	5	200	5	200	5	200	5	200
MATEMÁTICA	5	200	*	*	*	*	*	*
ÁLGEBRA	*	*	4	160	4	160	4	160
GEOMETRIA	*	*	2	80	2	80	2	80
CIÊNCIAS	3	120	3	120	3	120	*	*

QUÍMICA	*	*	*	*	*	*	2	80
FÍSICA	*	*	*	*	*	*	2	80
EDUC. ARTÍSTICA	2	80	2	80	2	80	2	80
ED. FÍSICA	2	80	2	80	2	80	2	80
HISTÓRIA	3	120	3	120	3	120	3	120
GEOGRAFIA	3	120	3	120	3	120	3	120
INGLÊS	2	80	2	80	2	80	2	80
ESPANHOL	2	80	2	80	2	80	2	80
HORTICULTURA	4	160	3	120	3	120	2	80
CRIAÇÕES	2	80	2	80	2	80	2	80
GESTÃO DE REC. SOC.	2	80	2	80	2	80	2	80
ENSINO RELIGIOSO	1	40	1	40	1	40	1	40
TOTAL	36	1440	36	1440	36	1440	36	1440

ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS 2010						
ÁREAS DE CONHECIMENTO		**DIURNO**				
		1º AE	**2º AE**	**3º AE**	**4º AE**	**5º AE**
BASE NACIONAL COMUM	**Língua Portuguesa**	-	-	-	-	-
	Matemática	-	-	-	-	-
	História	-	-	-	-	-
	Geografia	-	-	-	-	-
	Ciências	-	-	-	-	-
	Atividades Recreativas	-	-	-	-	-
	Artes	-	-	-	-	-
PARTE DIVERSIDADE	**Ensino Religioso**	*	*	*	*	*
Carga Horária		20	20	20	20	20

Aí está a questão que emerge como um grito, pois não se faz relação com a vida dos

alunos e de sua família, com o trabalho agrícola nem com o meio ambiente em que a escola está inserida. Não se conhece não se respeita, nem se valoriza a cultura das famílias e da comunidade onde a escola se encontra como eixo principal, e sendo assim, aí se excluem os pais do processo educacional e ignora- se os conhecimentos que as crianças já trazem consigo para a escola.

3.2. Os Entraves

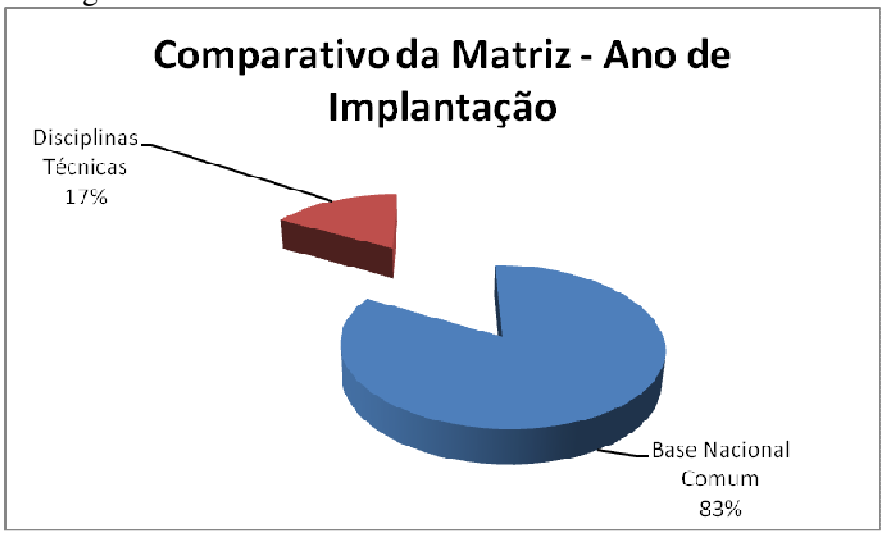
Analisando as questões que permeiam as dificuldades de efetivação de uma educação do campo que realmente se concretize, vemos que a EMTE foi criada com uma matriz curricular riquíssima. Não se pode falar que houve distancia entre a realidade e a estruturação da escola, pois todas as etapas foram discutidas com diferentes profissionais, alicerçados no conhecimento científico que veio da parceria com a UFRRJ/ Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas e a comunidade local, ou seja, os envolvidos tiveram plena capacidade pra tal abordagem.

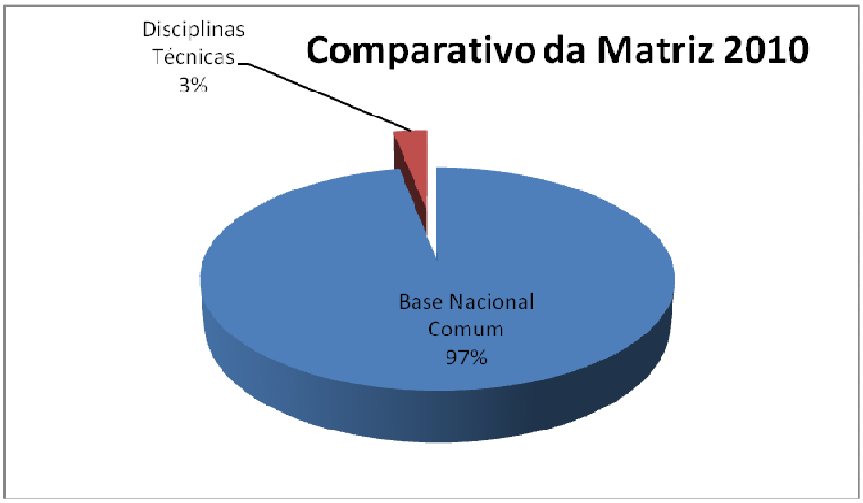
A escola nasce oriunda de um projeto promissor com gestão diferenciada e uma Fundação Municipal para suprimento financeiro, mas, desde a sua implantação, vem passando por diversos entraves em relação a sua gestão pública enquanto um estabelecimento pertencente à educação, com ênfase na agricultura e meio ambiente.

O desgaste das relações entre as esferas de atuação do município (Secretaria de Educação X Secretaria de Agricultura) delinearam-se como um dos fatores contribuintes para o desalinho da escola, pois a Secretaria de Agricultura fez da escola uma ramificação de suas ações, usufruindo ao longo dos anos do espaço agrícola privilegiado pertencente á educação, para fazer seus experimentos e criações que em nada coadunam com a visão pedagógica defendida pelos docentes. Além disso, foram investidos insumos e criações de animais de raça arredia que impossibilitaram a interação dos estudantes dos os animais.

Por certo, a falta de sustentabilidade do projeto inicial e a inserção da escola no cotidiano das ações municipais como se fosse mais uma como as outras instituições urbanas, se delinearam como contribuintes para que, de maneira significativa, a escola se descaracterizasse como espaço de educação agrícola e ambiental. Além da falta de condições básicas para se referenciar o pedagógico agrícola, o não investimento nos recursos básicos para a manutenção da parte de criações e plantio (primordial para as ações práticas das aulas), caracterizaram uma degradação progressiva do potencial da instituição.

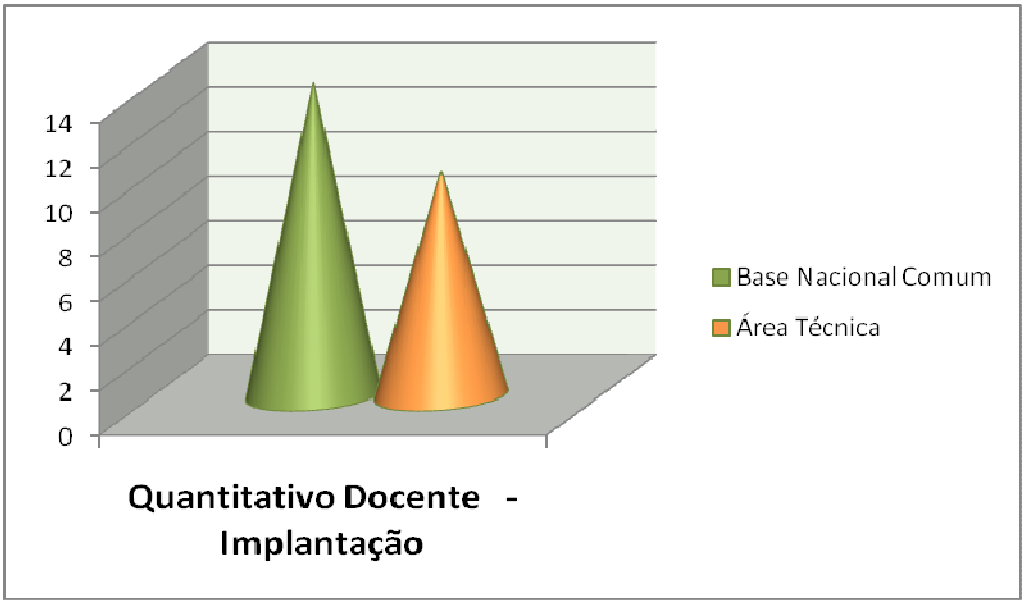
Observe os gráficos:

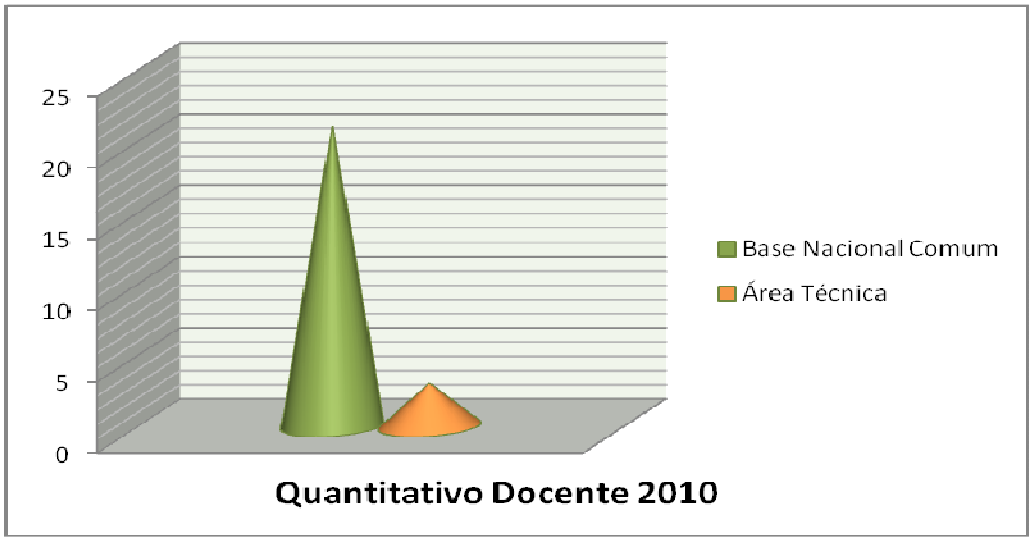




É notória a perda do potencial agrícola no decorrer dos anos, e tal situação fez com que os docentes que entraram na instituição por concurso específico para as diversas áreas agrícolas, ficassem ociosos. Não havendo mais a disciplina que lecionavam, visto que a matriz foi adequando-se a de uma escola urbana, foram transferidos gradativamente para outras unidades de ensino, ficando longe de sua especialidade e adequando-se a outras disciplinas correlatas à sua formação.

Tal situação pode ser observada nos gráficos abaixo:





Vasconcelos (1996) destaca que além do conhecimento da sua prática profissional, o professor deve possuir formação pedagógica, técnico-científica e política. Só assim estaria realmente comprometido com o processo de ensino aprendizagem.
E sem a maior parte dos docentes que coadunavam com o projeto inicial, hoje a escola denota uma nova realidade ainda longe de sua vertente pré e pós nascimento.

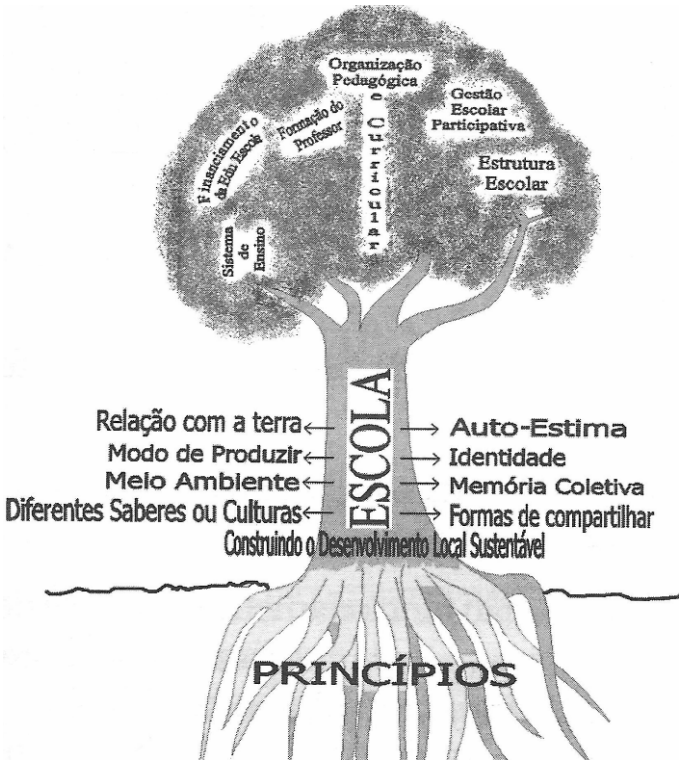
Observe-se que a Lei 9.424 de 24 de dezembro de 1996 (Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental) que foi revogada pela Lei 11.494 de 20 de Junho de 2007 (Fundeb- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) destaca que o professor deve ser valorizado, independentemente do local de atuação, e prevê diferença valor/aluno rural (o que nunca foi cumprido pelo governo). Mesmo assim, a educação no campo continua com um tratamento periférico.

Assim, a busca de leis que explicitassem formas de atuação específica para a escola rural foi-se encaminhando até que surgiram as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo – na Resolução nº 01, de 3 de abril de 2002, da Câmara de Ensino Fundamental do Conselho Nacional de Educação.

Tal resolução traz princípios e procedimentos, para que a educação rural tenha uma identidade, refletindo a peculiaridade constitutiva da população campesina, a quem essa educação se destina. Ela, inicialmente, nos três primeiros artigos, assim define a educação rural:

> É toda ação educativa desenvolvida junto às populações rurais e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, e formas de compartilhar a vida.

Como se trata de educação rural, Socorro Silva, da UF de Campinas (Centro de Educação do Campo), a comparou com uma árvore para facilitar o entendimento das pessoas.

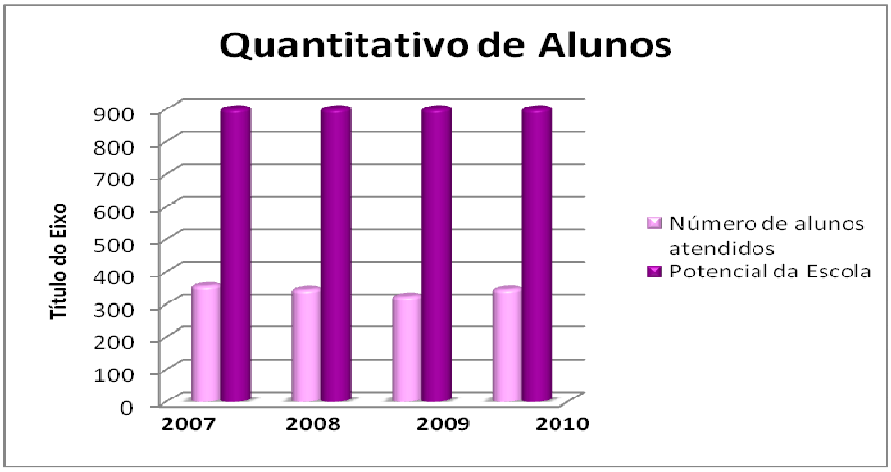


O bom ou mau funcionamento da escola depende da qualidade e seriedade desses elementos, que precisam ser bem estudados, pensados, planejados coletivamente e implementados. Não basta incluir no curso temáticas de agricultura ou meio ambiente, é preciso haver um planejamento pedagógico enraizado na especificidade rural.

Pensar numa Política Pública de Educação do Campo é partir da premissa que é necessário respeitar todas as formas e modalidades de educação que se orientam pela existência do campo como espaço que é ao mesmo tempo produto e produtor da cultura. E essa capacidade produtora de cultura que faz do campo um espaço diferente, novo, e não um espaço reduzido, atrasado e sem cultura, como muitos ainda o considera.

O campo necessita de políticas públicas efetivas que contemplem um projeto de sustentabilidade socioambiental, que se contraponha ao tônus de uma educação apêndice da escola urbana, que rompa com o processo de discriminação; fortaleça a identidade cultural negada às minorias e garanta o atendimento diferenciado, mas, jamais desigual. Afinal, Educação do Campo é um direito social e não uma questão de mercado.

Investir e assumir na prática o que permeia os discursos pode resgatar, mesmo a médio e longo prazo, a realidade da EMTE, que tem potencial para atender até novecentos alunos, em dois turnos, e encontra-se muito abaixo desse número de acordo com o gráfico abaixo:



Além disso, observa-se que todas as suas atividades encontram-se distanciadas do projeto inicial. Ainda que se identifique, grosso modo, o declínio da atividade agrícola no município de Paracambi como um fator interveniente, entendemos que a escola pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida desses educandos, pois concordamos com a afirmativa de que *a educação isoladamente, pode não resolver os problemas do campo e da sociedade, mas é um dos caminhos para a promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável.* (ARROYO, 1999).

Diante da complexidade que a contemporaneidade apresenta, seja nos processos educativos locais, seja nas políticas e diretrizes em nível macro, de acordo com Soares et al. (2007), vários autores, em diferentes eventos, vêm defendendo uma nova postura, na direção de uma solidariedade efetiva e de um compromisso ético com o qual a educação superior e os demais níveis de ensino e instituições educacionais têm que estar afinadas. Já na Conferência Mundial do Ensino Superior, realizada em Paris, Mayor (1998, p.46) coloca a educação como chave do desenvolvimento sustentável, auto-suficiente – uma educação voltada a todos os membros da sociedade, segundo modalidades e tecnologias pautadas em conhecimentos versados nas novas relações sociais e de trabalho, de tal maneira que cada um se beneficie de chances reais de se instruir ao longo da vida.

Os desafios para as instituições educativas são, segundo Soares et al (op. cit), eivados da mesma complexidade e intensidade dos desafios que se colocam à sociedade como um todo, e, nesse contexto a tarefa formativa assume um papel cada vez mais importante na perspectiva de uma dimensão que se contraponha à lógica mercadológica majoritariamente presente no mundo globalizado.

Em um outro texto que discute a questão das metodologias e práticas da Educação Ambiental, Soares et al (2006), mencionam que a Constituição Brasileira, de 1988, incorporou em seu texto a Educação Ambiental, conforme o Art. 225, ressaltando a qualidade de vida como integrante da própria cidadania. Os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam a questão ambiental como um dos temas transversais do currículo do Ensino Fundamental, mas a sua efetivação no cotidiano escolar ainda deixa muito a desejar e, em muitos casos, tem se limitado a ações isoladas e/ou a entendimentos parcializados sobre a questão ambiental, orientados por uma visão excessivamente biologizada, dentro de uma vertente ecológico-preservacionista, e/ou fica restrita a eventos comemorativos (dia da árvore, dia do meio ambiente), ou ainda limitada à realização de algumas atividades práticas, denominadas extra-curriculares, eventuais (campanha do lixo, coleta para reciclagem, caminhadas ecológicas, visitas, plantio de hortas, etc.), sem a contextualização necessária e sem a internalização sobre o real entendimento da problemática ambiental no cotidiano das comunidades escolares. Analisar os aspectos relacionados à trajetória de um estabelecimento de ensino agrícola deve ter como referencial tanto os aspectos ligados ao mundo rural, à educação ambiental, quanto às discussões teóricas sobre sustentabilidade socioambiental, pois estas vertentes estão intrinsecamente ligadas.

A educação do campo apesar de muitas limitações começa a acreditar que esse papel exercido pela escola até agora pode ser revertido, que existem experiências bem-sucedidas nesse campo e que essa questão está começando a ser pauta e agenda, não só do movimento sindical rural, como de todos que querem construir a sustentabilidade do desenvolvimento. Não se trata de uma ingenuidade pedagógica de esperar da escola o que ela não pode dar, mas de redesenhar um outro papel para as sociedades que querem
optar por outro modelo de desenvolvimento, diferente do que nos tem sido proporcionado. Por conseguinte, fica óbvio que os problemas da escola e especialmente da escola rural não são apenas aqueles de móveis, carteiras, instalações, ou falta de dinâmicas de grupos. É evidente que todas essas coisas são importantes e que delas não podemos prescindir. Trata-se,

no entanto, de conferir a esses problemas uma importância secundária, visto que é mais necessário um debate profundo em relação ao papel político da escola, na construção de um modelo diferente de desenvolvimento, sustentável e includente.

Já existe, um consenso sobre as dificuldades da educação e da escola rural: recursos materiais disponíveis, investimento financeiro, supervisão e monitoramento da parte agrícola, alto nível de evasão escolar e repetência, defasagem idade–série, infra-estrutura e espaço físico necessitados de investimento maciço, salários desestimulantes... Além dessas condições, ainda impera o preconceito de que a escola rural é para o pobrezinho, o matuto, a criança conformada com a pouca aprendizagem, incapaz de ser avaliada com rigor. O currículo oculto passa a idéia de que o mundo rural precisa ser deixado por quem quer vencer na vida, uma vez que ali não há chance de progredir. Argumentam que os pais são pobres porque são agricultores, sem formação escolar mínima e não por outras razões. O papel que a escola exerce, de modo geral, é não potencializador da auto-estima do agricultor, pois sua ação ou não ação, favorece o êxodo, como bem diz o texto abaixo:

> É necessário e possível, portanto, se contrapor à lógica de que a escola do campo é escola pobre, ignorada e marginalizada, numa realidade de milhões de camponeses analfabetos e de crianças e jovens condenados a um círculo vicioso: sair do campo para continuar a estudar e estudar para sair do campo. Reafirmamos que é preciso estudar para viver no campo.
> *Declaração 2002 - Seminário Nacional para uma Educação do Campo*

Freire (1996) desenvolve uma discussão centrada na educação enquanto democrática, desveladora, desafiadora, um ato crítico de conhecimento, da leitura da realidade, da compreensão de como funciona a sociedade, a escola, os processos educativos que se dão no interior dos movimentos sociais e das práticas desenvolvidas no campo. Em uma de suas últimas obras: Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa (1996), o autor apresenta diversos saberes imprescindíveis à ação educativa. Entretanto, dois abordados por ele são fundamentais na constituição de uma educação do campo emancipadora: "é o saber da História como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo" (FREIRE, 1996, p.85). Outro saber é o que, "como experiência designadamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo". (FREIRE, 1996, p.110).

Assim, olhando para a atualidade da EMTE alicerçados nas reflexões sobre as concepções de educação do campo, é preciso buscar uma saída teórico - prática que responda aos desafios e as possibilidades postas pelos sujeitos do campo, através das articulações entre poder público, gestores, comunidade e profissionais da escola.

4. CAPÍTULO IV

CONCLUINDO E LEVANTANDO POSSIBILIDADES...

Conforme Zakrzevski:

> Ao resgatar a história da educação no meio rural, percebemos a negligência com a educação nesse meio e a carência de pesquisas e intervenções em Educação Ambiental (EA) voltadas à população do campo, uma população marginalizada e esquecida, que vem sofrendo os impactos do modelo de desenvolvimento rural brasileiro, gerador de inúmeros problemas econômicos, sociais e ecológicos. (2004, p.79)

Só podemos distinguir uma escola de educação agrícola voltada para as questões ambientais de uma escola urbana, levando em conta suas especificidades. Se o papel da escola, na área rural, for só o de ensinar a ler, escrever, contar e as vezes mexer na terra, o que se tem a acrescentar na escola rural é apenas ao nível das adaptações no espaço físico, estruturas didáticas e do atendimento às carências, para que a mesma possa viabilizar melhor o seu papel. Mas, se for para a escola ajudar a construir outro modelo de vida e de desenvolvimento e por ele se inspirar, algumas tarefas específicas justificam a distinção entre educação rural e urbana.

Nesse sentido a questão ambiental ganha relevância fundamental e destacamos que, conforme orientado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, apesar de todas as críticas que se possa ter em relação à ideologia presente na sua formulação e mesmo à forma com que foram implementados sem uma discussão coletiva com os atores que configuram o cotidiano escolar,

> a principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade sócio-ambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso, é necessário que, mais do que informações e conceitos a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998).

Dias (1994) confirma o valor da prática realizada pela Escola enquanto Educação Ambiental quando afirma que

> a EA (...) pode e deve ser o agente otimizador de novos processos educativos que conduzam as pessoas por caminhos onde se vislumbre a possibilidade de mudança e melhoria do seu ambiente total e da qualidade da sua experiência humana. (DIAS, 1994, p. 255)

Assim, com a ênfase necessária na questão ambiental, a proposta pedagógica deve ser embasada numa pedagogia que pense a escola a partir do lugar onde vivem esses sujeitos e o educador deve ser de preferência um militante da causa educativa. Dessa forma, estas ações

vão ajudar a construir e reescrever uma nova página sobre/da História da Educação do Campo no Brasil com um novo projeto de educação, *[...] protagonizado pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo e suas organizações sociais* como afirmam Arroyo, Caldart e Molina (20004, p.7). Em outras palavras, trata-se de construir uma educação que compreenda o campo como *[...] espaço de cultura, de sujeitos, da produção da vida, da democratização das relações sociais, da solidariedade, do desenvolvimento de experiências [...] e, uma grande referência para a construção da justiça social* (CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA do CAMPO, 2004, p.5-6).

Não se trata de "inventar" um ideário para a Educação do Campo; isso não repercutiria na realidade concreta, que nos interessa transformar, e nem seria uma verdadeira teoria.

O desafio é de abstrair das experiências, dos debates, das disputas em curso, um conjunto de idéias que possam orientar o pensar (especialmente dos educadores) sobre a prática de educação do campo; e, sobretudo, possam orientar e projetar outras práticas e políticas de educação (CALDART, 2004, p. 22).

Então, ao se pensar a educação do campo enquanto organização curricular é necessário conhecer o que diz a LDB (1996) bem como as Diretrizes Operacionais para uma Educação Básica nas Escolas do Campo, oriundas de uma grande discussão nacional, como já referenciado Apenas dessa forma, é possível pensar em efetivação da proposta, onde seus sujeitos assumam sua identidade, queriam permanecer na escola rural, mas com os conhecimentos articulados entre campo/cidade/universal, passando a ter consciência de si, de sua história, sendo críticos, reflexivos e buscando melhores condições de vida no seu próprio lugar sem ter que sair do campo.

Para tanto, é preciso repensar a matriz formadora, pois, através dela se tem as referências necessárias para educar o indivíduo, por ser o resultado do processo histórico, podendo assim, produzi-la e/ou modificá-la. É nesse sentido que emerge a necessidade de estruturação ampla do Projeto Pedagógico da escola, para uma nova compreensão do seu papel na comunidade onde está inserida, como destaca Caldart, através da educação, resgata-se valores humanos e sociais: "emancipação, justiça, igualdade, liberdade, respeito à diversidade." Englobando tudo numa educação dos sujeitos trabalhadores do campo.

Nesse sentido, para construir a proposta de Educação do campo, é necessário que a Instituição e seus educadores tenham consciência do tipo de homem e mulher do campo que se pretende "formar". Pois numa perspectiva de transformação social, esta deve contribuir para a formação de seres autônomos, críticos, e não de sujeitos dóceis, conformados com estrutura social vigente, oferecendo assim, uma educação efetiva, emancipadora e não compensatória.

Observa-se que o trabalho de resgate da vertente agrícola e ambiental vem sendo realizado através de projetos pensados de forma interdisciplinar e que envolvem toda a escola. Para Capra (2003), essa é uma estratégia de ensino apropriada onde as disciplinas são recursos a serviço de um objetivo central.
Segundo ele,

> a aprendizagem baseada em projetos consiste em fomentar experiências de aprendizagem que engajem os estudantes em projetos complexos do mundo real, através dos quais possam desenvolver e aplicar suas habilidades e conhecimentos (CAPRA, 2003, p. 32).

No entanto, embora a escola analisada busque a interdisciplinaridade e o trabalho conjunto nem sempre isso ocorre com êxito total, pois para além da vontade dos poucos docentes das áreas específicas que permaneceram na escola, a falta de recursos materiais para a abordagem prática acaba sendo o grande entrave.

A questão não trata apenas de adaptações curriculares, didática, planejamento bem elaborado, mas sim de postura, filosofia, visão de mundo, e acima de tudo, vontade política específica para o meio rural.

A EMTE vive uma crise existencial, que é resultado de um conjunto de fatores. E não podemos atribuir a crise a fatores isolados, mas citando respectivamente o modelo de desenvolvimento pedagógico da instituição, que se tornou similar ao das outras escolas da Rede Municipal; a igualdade na divisão dos recursos com as demais escolas do município, pois por certo a manutenção de um espaço agrícola de 39 hectares requer investimento específico e a divisão do espaço com a Secretaria de Agricultura, que necessita ser repensado, reavaliado, delineado e discutido.

A parceria é necessária para inserção dos insumos básicos da manutenção, mas, por tratar-se de um espaço voltado para educação, emerge a necessidade de se pensar em primeiro lugar na escola e depois nos projetos de desenvolvimento macro.

Conforme CAPRA (2003, p. 23):

> quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes.

Para isso, a escola rural tem de ser:

• propulsora e estimuladora da agricultura, do desenvolvimento local/sustentável da comunidade;

• provocadora e construtora de conhecimentos novos que possam interagir com o conhecimento que as famílias têm;

• intérprete da realidade local;

• capaz de construir nova identidade para quem trabalha na agricultura, na pecuária, nas agroindústrias;

• o sistema de ensino tem de ultrapassar as paredes da escola e se encontrar com inúmeros espaços pedagógicos existentes e disponíveis nas propriedades rurais, nas comunidades, nas roças, nos rios, nas aguadas, nos sindicatos e associações.

Muito além do resgate da vertente rural da EMTE, é necessário imprimir uma identidade na educação agrícola nos próprios alunos, funcionários e comunidade, para que se:

• resgate, valorize e respeite a sua cultura;

• incentive a preservação do meio ambiente;

• aproveitem os conhecimentos e experiências do homem e da mulher do campo, valorizando o seu trabalho e o seu viver;

• criem, a partir daí, novos conhecimentos para ampliar nos alunos a visão da agricultura, como meio e melhorar as condições de vida da população camponesa;

• descubram com os alunos e familiares formas de convivência sustentável

Assim, julgamos que a lição mais importante que a EMTE poderá deixar para a comunidade onde está inserida, é demonstrar que as práticas em educação agrícola e ambiental são viáveis mesmo frente às adversidades.

A escola tem buscado envolver a comunidade, mas o trabalho desenvolvido precisa ganhar força e tornar-se um alicerce na busca pela almejada transformação social e construção de uma sociedade mais justa, sustentável, e quiçá, menos árdua e quixotesca.

Que a escola seja um eco a ressoar num contexto tão adverso e que seja uma corrente que circunscreva na reflexão de um provérbio galego: "*só os peixes mortos não conseguem nadar contra a correnteza*".

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. & GEWANDSZNAJDER, F. *Pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1999.

ARROYO, M.G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). Por uma Educação do Campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, M.; FERNANDES, B. M. *A educação básica e o movimento social do campo. Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo*. São Paulo,1999.

ARAUJO, L. M. M.. BARCELOS, V.. Educação ambiental, formação docente e cotidiano escolar, vivendo, aprendendo e (re)fazendo caminhos. 2008.

ARAÚJO, S. R. M.de. Escola para o trabalho, escola para a vida: o caso da Família Agrícola de Angical – Bahia. 2005. 218f. Dissertação (Mestrado Educação e Contemporaneidade) – UNEB/BA, Salvador, 2005

BAPTISTA, F. M. C. e outros. *Escola Rural: uma Experiência, uma Proposta*. 2. ed., Feira de Santana, 1999.

BARBIERI, J. C.. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BERNA, V.. *Como fazer educação ambiental*. São Paulo: Paulus, 2001.

BRANDÃO, C. R. O ambiente, o sentimento e o pensamento: dez resgates de idéias para pensar as relações entre eles e o trabalho do educador ambiental. In: *Cadernos do IV Fórum de Educação Ambiental/ I Encontro da Rede Brasileira de Educação* Ambiental. Rio de Janeiro: INESC, 1997.

_____. Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (CNE. Resolução CNE/ CEB 1/2002. Diário Oficial da União. Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1. p. 32).

_____. Uma Política Pública para a Educação no Campo. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.139 p. - (Série Ação Parlamentar; n. 277).

CAPRA, F. A Teia da vida**.** São Paulo: Cultrix, 1996.

CALDART, R. S.. Elementos para construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo. Ano 2 – número 2 – 2004.

_____. Pedagogia do Movimento Sem Terra. Escola e mais do que escola. Petropolis,

Rio de Janeiro? Vozes, 2004a.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: Novas Identidades em Construção. Revista Estudos, Sociedade e Agricultura, n. 11, p. 53-75. 1998

CASCINO, F. Educação ambiental**:** princípios, história, formação de professores. São Paulo: SENAC, 2000.

CARNEIRO, S. M. M. 2002. A dimensão ambiental na educação escolar: contextualização teórico-metodológica e diagnóstico nas séries iniciais da rede escolar pública. In: Raynaut, C. et al. *Desenvolvimento e Meio Ambiente: em busca da interdisciplinaridade.* Curitiba: Ed. Da UFPR.

Conferência Nacional de Educação Básica do Campo. Declaração Final; por uma política pública de Educação do Campo. Luziânia, Goiás, 2004.

DAMASCENO, M. N.; BESERRA, B.. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p. 73-89, jan./abr. 2004.

DESLANDES, S. F.. Pesquisa social: teoria método e criatividade/ Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora) – Petrópolis, Rio de Janeiro – RJ: Vozes – 1994.

DIAS, M. M.. Agricultura familiar, desenvolvimento e os desafios para o ensino agrícola no Brasil de hoje. *Revista Educação Agrícola Superior* - ABEAS .Vol. 21 Nº 01 – 2

FREIRE, P.. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GIL, A. C.. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* 5. ed. 7. reimpressão – São Paulo: Atlas, 2006.

HABIB, M.**.** *Educação ambiental no Cotidiano escolar*. 2006.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 224p

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Jan. 2000

JORNAL O GLOBO - Revista da Baixada nº 403, 5 de julho, 1998

JUNIOR, L.A. F.. *Encontros e caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores.* 2.ed. Brasília, MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2007.

LAKATOS, E.M. & MARCONI, M. de A.. Metodologia científica. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 1991.

LARANJEIRA, M. I.. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

LEFF, E. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: CORTEZ, 2002.

_____. (Coord.). 2003. *A complexidade ambiental.* São Paulo: Cortez.

LEITE, S. C.. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2002.

MATURANA, H. 2002. *Emoções e linguagem na educação e na política.* Belo Horizonte: Ed. UFMG..

MARX. K. *Trabalho assalariado e capital*. SP: Expressão Popular, 2006.

MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9.394/96, MEC.

_____. Plano Nacional de Educação. Proposta da Sociedade Brasileira. II coned, 1997.

_____. Conferência Nacional da Educação Básica (Documento Final). – Brasília, DF: 2008.

_____. Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010). Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. (Documento Referência), 2009.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais. Vol. 09 Meio Ambiente* Brasília:1998.

MEDINA, N. M.. SANTOS, E. da C.. *Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação*. 4. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MEDINA, N. M.. *Breve Histórico da Educação Ambiental*. Bolsista do RAHE – Projeto PADCT/CIAMB – Laboratório de Educação Ambiental/ENS/Universidade Federal de Santa Catarina.

MAYOR, F. Preparar um futuro viável: ensino superior e desenvolvimento sustentável. In **:** Conferência mundial sobre o ensino superior. Tendências de educação superior para o século XXI. *Anais da Conferência Mundial do Ensino Superior.* Paris, 1998..

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa, Instituto Piaget, 1990

PISTRAK. Fundamentos da Escola do Trabalho. 1ª edição: Expressão Popular. São Paulo – 2000.
PRADO, I.Gloria A.. FARHA, V. Zélia de A. R..

Projeto de Criação Terra de Educar. FUNDESP, 1987

REIGOTA, M. ***A Floresta e a Escola: por uma Educação Ambiental pós moderna***. São Paulo, Cortez 2002.

_____. *Meio ambiente e representação social*. 7. Ed. São Paulo, Cortez, 2007.

RIBEIRO, M.. *Educação básica no campo: um desafio aos trabalhadores*. (digitalizado)

2000.

SANTOS, M.. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, Record, 6 edição: São Paulo.

SAVIANI, D.. *A Nova Lei da Educação. LDB – trajetórias, limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 2000. 242p.

SILVA, M. do S.. Educação básica do campo: no silêncio das políticas públicas educacionais, a negação da igualdade do direito e do desrespeito à diferença. In: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Educação e Cultura. Brasília, DF., 2003.p.158-175.

SOARES, A.M.D. et al. Formação Universitária e desafios contemporâneos: que ambiente queremos construir e em que sustentabilidade podemos apostar? In: *Anais do Encontro Internacional de Educação Ambiental dos Países Lusófonos e Galícia.* Santiago de Compostela, Espanha, 2007.

_____. Educação Ambiental: construindo metodologias e práticas participativas. In: *Anais do III Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade.* Brasília, 2006.

THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2002

TRISTÃO, M.. Os contextos da educação ambiental no cotidiano: racionalidades da/na escola. http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt22/t229.pdf - acessado em 23 de junho de 2009.

TOZONI-REIS, M. F. de C.. Educação ambiental: natureza, razão e história. Capinas, SP. Autores Associados, 2004.

http://www.santamaria.rs.gov.br/smed/revista/docs/200812_74.pdf - acessado em 23 de junho 2009.

http://www.preac.unicamp.br/arquivo/educacao_ambiental.pdf - acessado em 23 de junho de 2009.

http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=797&class=02 acessado em 24/11/10 às 20h46mimn.

http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=279 acessado em 25/11/10 às 22h18min.

Por uma educação básica do campo. Texto Base da Conferência Nacional. Brasília: UNB, 1998. 98p.

ZAKRZEVSKI. S. B. B. As tendências da educação ambiental. In: ZAKRZEVSKI. S. B. B. (Org.) *A educação ambiental na escola***.** Erechim: Edifapes, 2003.

_____. Por uma Educação Ambiental Crítica e Emancipatória no Meio Rural**.** *Revista Brasileira de Educação Ambiental,* vol.1, nº 0, pág. 79-86, 2004. Disponível em: <http://www.ufmt.br/remtea/revbea/pub/revbea_n_zero.pdf>. Acesso em 20 de nov.2010.

ANEXOS

ANEXO I – LISTA DOS RECURSOS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA RETORNO DAS ATIVIDADES DO PROJETO INICIAL DA ESCOLA

Agrossistema de Horticultura

Justificativa:
O conhecimento produzido nesta área, em conjunto entre Escola-aluno-comunidade, pode recuperar a integração desses três elementos da sociedade. Além disso, os pequenos produtores poderão em suas propriedades, aplicar os conhecimentos desenvolvidos em aulas práticas, tornando o resultado desse processo mais competitivo no mercado, gastando menos, produzindo mais e com um produto mais barato e com qualidade.

Necessidades:

- Irrigação por aspersão para 1 hectare – incluindo conjunto de bomba (3,5 HP) e encanamento - olericultura;
- Irrigação por gotejamento para 1 hectare incluindo conjunto moto bomba e encanamento – fruticultura;
- 04 caixas d'água de 500 litros;
- Trator Agrale 4100 com os implementos e carretinha;
- Reforma da sala ambiente;
- Construção de um depósito coberto para adubo orgânico;
- Construção de 10 canteiros cobertos de 1 x 5 m para minhocário;
- Adubo orgânico para a manutenção do agrossistema;
- 01 semeador de sementes peletizadas para 180 células;
- 60 bandejas de isopor de 180 células;
- 50 sacos de substrato para bandejas de isopor;
- 05 latas de sementes peletizadas de alface americana;
- 05 latas de sementes peletizadas de alface babá-de-verão;
- 05 latas de sementes peletizadas de cenoura brasília;
- 05 latas de sementes peletizadas de chicória;
- 05 latas de sementes de salsa;
- 05 latas de sementes de cebolinha;
- 05 latas de sementes de beterraba;
- 05 latas de sementes de jiló;
- 05 latas de sementes de berinjela;
- 05 latas de sementes de abobrinha italiana;
- 05 latas de sementes de abóbora caravela;
- 05 kg de sementes de quiabo;
- 20 regadores de plástico;

- 20 tesouras de poda;
- 30 colheres de transplante;
- 30 enxadas e cabos;
- 15 enxadões e cabos;
- 10 cavadeiras articuladas;
- 20 ancinhos e cabos;
- 10 foices e cabos;
- 10 facões;
- 20 sachos;
- 20 carros de mão;
- 100 pares de botas de plástico – Tamanhos variados (do 34 ao 42)
- 30 metros de mangueira reforçada com fio de metal;
- 02 pulverizadores costais de 10 litros;
- 10 peneiras;
- 30 litros de óleo de neem;
- 20 litros de Dipel;
- 20 sacos de 10 g de isca formicida orgânica;
- 2 toneladas de calcário dolomítico;
- 1 tonelada de termofosfato;
- 2 roçadeiras costais;
- 4 funcionários para todos os agrossistemas (suíno, avicultura, cunicultura e olericultura);
- 1 técnico agrícola.

Para realizar a Horta da Educação Infantil:

- 3 canteiros de 1 x 5 m de alvenaria
- canos para condução de água.

Agrossistema de Criações

Justificativa:

Os filhos de pequenos produtores que estudam na escola, poderão aplicar em suas propriedades, as técnicas desenvolvidas em aulas práticas, buscando um melhor aproveitamento das espécies.

Avicultura

Necessidades:

- colocação da cerca ao redor da área externa e na divisão dos pastos, destinado ao pastoreio das aves;
- pintura do galpão;
- reforma da calçada que se situa na parte externa do galpão;
- melhoria e reforma das instalações para o fornecimento de água dentro e fora do galpão;
- colocação de varas de ferro, substituindo as telas de arame (que atualmente encontram-se em condições precárias, facilitando o roubo);
- construção de uma área coberta para depósito de esterco das aves;
- compra de 03 campânulas, bebedouros e comedouros.

Suinocultura

Necessidades:

- reforma geral do agrossistema incluindo: nivelamento do piso, fechamento do corredor na parte de trás, construção de uma maternidade com capacidade para 04 matrizes, reforma das portas das baias, pintura, telhado e instalação elétrica;
- 06 alicates para corte de dentes de leitões recém nascidos;
- 01 lavadora de alta pressão (lava-jato);
- 02 pulverizadores costais para aplicação de inseticidas;
- 02 caixas d'água de 2000 litros;
- tubulação para condução da água da nascente para as caixas d'água;
- construção de um galpão (3m x 3m) para depósito de ração e ferramentas;
- construção de um abatedouro azulejado, com uma banca de inox, e local para deixar o animal suspenso (ganchos), tanques e pias.
- 01 freezer;
- 01 bomba d'água;
- construção de 06 piquetes para o pastoreio dos animais;
- compra de 04 matrizes e um reprodutor da raça Landrace ou Large White.

Salas Ambientes

Justificativa:

Um ambiente escolar adequado, permite um melhor entendimento sobre as temáticas a serem estudadas, proporcionando aos alunos uma maior vivência conceitual, que se refletirá nas várias práticas a serem desenvolvidas nas diversas áreas.

Sala dos Agrossistemas

Necessidades:

- reforma e construção de mais 01 sala de aula (com laje);
- construção de uma varanda em volta das 02 salas;
- reforma da sala de ferramentas incluindo: pintura, prateleiras e reforço nas portas e colocação de laje;
- construção de 2 banheiros, um masculino e um feminino, com capacidade para 03 chuveiros e 03 privadas em cada banheiro;
- compra de 50 armários individuais de ferro com cadeado, para a guarda do material dos alunos;
- 01 quadro branco;
- 01 armário de ferro para o professor;
- 02 aparelhos de ar condicionado (01 para cada sala);
- 02 ventiladores de teto.

Sala de Educação para o Lar

Necessidades:

- 02 bebedouros (suporte de garrafa);
- 02 abridores de garrafa;
- 02 abridores de lata;

- 05 alicates para cutícula;
- 05 alicates para unha;
- 02 aparelhos de pressão arterial;
- 01 bacia de alumínio grande;
- 02 bacias de alumínio médias;
- 03 bacias de alumínio pequenas;
- 02 baldes de plástico 10 litros;
- 01 batedeira;
- 04 caçarolas de alumínio;
- 01 cafeteira;
- 03 canecas de alumínio 1,5 litros;
- 03 cestas de pão;
- 02 coadores de café com aro de alumínio;
- 03 colheres grandes;
- 02 conchas;
- 01 depósito para sal;
- 02 depósitos para condimento;
- 02 escorredores de macarrão;
- 02 escorredores de pratos;
- 02 espremedores de batata;
- 02 espremedores de laranja (industrial);
- 03 frigideiras de 20 cm;
- 02 panelas de pressão (inox de 4,5 litros e 10 litros);
- 03 jogos de colher para medir;
- 03 jogos de faca (com 5 unid.);
- 06 jogos de talheres (com 6 unid.);
- 02 jogos de xícaras (com 02 unid.);
- 01 latão com tampa para lixo (100 l.);
- 02 leiteiras de alumínio;
- 01 liquidificador;
- 02 medidores de líquido (graduado);
- 02 rolos para abrir massa;
- 02 saca-rolhas;
- 03 socadores de alho;
- 02 soquetes para carne;
- 03 tábuas de carne;
- 03 tabuleiros retangulares para bolo (P,M e G);
- 03 tabuleiros nº 03;
- 01 batedor de ovo;
- 01 espremedor de frutas;
- 01 fogão doméstico (06 bocas);
- 02 garrafas térmicas;
- 01 geladeira;
- 05 peneiras;
- 24 pratos rasos;
- 24 pratos fundos;

- 03 raladores de faces;
- 03 vidros de boca larga;
- 02 armários de cozinha e 02 prateleiras de aço;
- 05 alicates para cutícula;
- 05 bacias para pedicure;
- 05 cartelas de agulha nº07 (corrente);
- 10 cartelas de colchete de pressão nº 2/0 latão inox;
- 10 cartelas de colchetes de metal nº 08;
- 01 enceradeira;
- 02 ferros elétricos;
- 05 kits de primeiros socorros;
- 05 máquinas de costura;
- 03 máquinas de costura industrial;
- 30 novelos de linha de tricô (cores diversas);
- 30 novelos de linha de crochê (cores diversas);
- 05 pacotes de botão;
- 10 pares de agulha de tricô;
- 10 pares de agulha de crochê;
- 10 pinças de sobrancelha;
- 02 tábuas de passar roupas;
- 05 termômetros cilíndricos;
- 05 tesouras com ponta redonda;
- 04 ventiladores de teto;
- 01 aparelho de ar condicionado de 10000 btus.

Sala de Educação Artística

Necessidades:

- 02 armários com chave;
- reforma da instalação elétrica;
- 24 aventais emborrachados;
- 06 bacias plásticas médias;
- 01 bancada grande de madeira;
- 04 estantes de metal;
- 10 caixas de tinta guache (cores variadas);
- 05 dúzias de cola quente;
- 02 pistolas de cola quente;
- 04 dúzias de borrachas verdes;
- 03 dúzias de lápis 2B;
- 03 dúzias de lápis 6B;
- 05 litros de cola branca;
- 05 tubos de cola para isopor;
- 04 dúzias de régua de 30 cm transparente;
- 04 dúzias de tesoura para papel;
- 15 dúzias de pinceis macios (03 dúzias de cada tamanho: nº2,4,6,10 e 12);
- 5000 folhas de papel ofício;
- 5000 folhas de papel reciclado;
- 20 pacotes de folha EVA (2 pacotes de cada cor);

- 10 caixas de papel crepom (cores variadas)
- 100 folhas de cartolina (10 de cada cor);
- 50 folhas de papel pardo;
- 50 folhas de papel corrugado (cores variadas);
- 50 folhas de papel silhueta (cores variadas);
- 50 folhas de papel camurça (cores variadas);
- 50 folhas de papel de seda (cores variadas);
- 5000 folhas de papel jornal;
- 04 telas de madeira (tamanho A4);
- 20 pacotes de prendedor de roupa (com 12 unid.);
- 30 metros de corda de nylon;

Sala de Atendimento Odontológico

- reforma da sala: pintura, instalação elétrica e troca do piso;
- colocação de uma bancada de granito com pia, torneira acionada por pedal, armários e portas;
- instalação de ar condicionado;
- instalação de um equipo odontológico de 04 pontas;
- mocho;
- 02 canetas de alta rotação;
- micro-motor (contra ângulo);
- peça reta;
- aparelho de fotopolimerizador;
- amalgamador de cápsula;
- negatoscópio;
- autoclave;
- seladora;
- 01 caixa de papel para autoclave;
- 08 lâmpadas fluorescentes para o teto;
- 20 espelhos bucais com cabo;
- 20 sondas exploradoras;
- 20 pinças para algodão;
- 20 escavadores 14 (colher de dentina);
- 10 bandejas de inox (22 x 12 x 01);
- 01 jogo de cureta para periodontia (para raspagem);
- 02 marmitas para instrumental grande, com tampa;
- 01 compressor;
- 01 conjunto instrumental para amálgama;
- 02 marmitas para instrumental inox, média;
- 02 marmitas para instrumental inox, pequena;
- 02 fórceps 69;
- 02 kits de endodontia: régua milimetrada e cânula aspiradora;
- 10 toalhas brancas;
- 02 pinças para instrumental;
- 20 resinas fotopolimerizável;
- 200 amálgamas em cápsula;
- 20 ionômeros de vidro “R”;

- 20 anestésicos;
- 200 máscaras descartáveis;
- 10 caixas de agulha;
- 50 caixas de luvas descartáveis ambidestras;
- 20 pacotes de sugador de saliva.

Sala da Cozinha Agro Industrial

- 02 armários de aço;
- 01 arquivo de 4 gavetas;
- 20 aventais de plástico;
- 06 bacias plásticas (grande);
- 01 balança com divisão em kg;
- 01 balança com divisão em gramas;
- 01 batedeira;
- 06 caçarolas (20,25,35,40,45 e 50cm);
- 02 caldeirões;
- 02 cilindros de gás;
- 08 conchas (vários tamanhos);
- 05 cortadores de legumes;
- 01 defumador industrial;
- 01 embutidor elétrico;
- 01 desidratador de frutas;
- 08 escumadeiras (vários tamanhos);
- 01 exaustor industrial;
- 03 extintores de incêndio;
- 05 facas para corte de pequenos animais;
- 02 facões;
- 02 filtros para água;
- 01 fogão industrial banho-maria cozedor e forno (inox);
- 06 formas para queijo;
- 01 freezer horizontal pequeno;
- 01 fritadeira elétrica;
- 01 geladeira de 280 litros;
- 01 liquidificador doméstico;
- 01 liquidificador industrial;
- 06 luvas térmicas;
- 01 mesa com tampa inox;
- 01 multiprocessador;
- 03 panelas de alumínio;
- 02 panelas de pressão (10 litros);
- 01 picador de carne elétrico;
- 03 tachos de alumínio;
- 05 termômetros;
- 02 tesouras para destrinchar;
- 01 triturador de carne;

Sala de Ciências Humanas

- 45 cadeiras modelo frontal toda prolipopileno Cortez;
- 01 lousa branca (3,0 x 1,2 m);
- 01 mesa e cadeira para professor;
- 01 estante de aço com 06 prateleiras;
- 01 armário de aço;
- 01 aparelho de ar condicionado;
- mapas históricos dos períodos: antigo e medieval, das Américas, Ásia, Europa;
- mapas geográficos, fluviais, populacionais (IBGE) e econômicos dos diversos continentes;
- mapas das reservas florestais e indígenas;
- mapas estadual e municipal.

Sala de Lingüística

- 45 cadeiras modelo frontal toda prolipopileno Cortez;
- 01 lousa branca (3,0 x 1,2 m);
- 01 mesa e cadeira para professor;
- 01 armário de aço;
- 01 estante de aço com 06 prateleiras;
- 01 aparelho de ar condicionado;
- 50 dicionários Michaelis de Espanhol, Inglês e Português;

Sala de Ciências Biológicas

- 45 cadeiras modelo frontal toda prolipopileno Cortez;
- 01 lousa branca (3,0 x 1,2 m);
- 01 mesa e cadeira para professor;
- 01 armário de aço;
- 01 estante de aço com 06 prateleiras;
- 01 aparelho de ar condicionado;
- esqueleto de polietileno;
- material anatômico: aparelho reprodutor masculino e feminino e dorso;
- pôsteres dos sistemas e aparelhos do corpo humano;
- 30 microscópios;
- 02 bancadas grandes para laboratório.

Sala de Ciências Exatas

- 45 cadeiras modelo frontal toda prolipopileno Cortez;
- 01 lousa branca (3 x 1,20 m);
- 01 mesa e cadeira para professor;
- 01 armário de aço com 50 compartimentos;
- 01 estante de aço com 06 prateleiras;
- 01 aparelho de ar condicionado;
- jogos lúdicos geométricos;
- material didático em madeira (60 cm): régua, transferidor, compasso e esquadros;

Sala de Professores

- Mesa e cadeiras para 15 lugares;

- 1 computador com internet em rede da escola;
- 1 mesa para computador;
- Armário de aço com 30 compartimentos;
- Estante de aço;
- 01 máquina para café expresso;
- 01 relógio de parede;
- 01 frigobar;
- 01 mimeografo;
- 01 lousa branca;
- 01 aparelho de ar condicionado;

Sala de Áudio visual

- 50 cadeiras estofadas - modelo longarina diretor com braço (Cortez);
- 01 Televisão de 38 polegadas;
- 01 aparelho de DVD;
- 01 aparelho de data show;
- 01 aparelho de retroprojetor;
- 01 aparelho de ar condicionado de 18000 btus;
- colocação de grades de ferro nas portas e janelas;
- 01 mesa com 10 cadeiras;
- 01 tablado;
- 01 telão para retroprojetor fixo;
- 01 tela com tripé para retroprojetor;
- 01 aparelho de Home Theater;
- 01 máquina fotográfica digital Sony (4 em 1);
- 01 aparelho de som e mesa amplificada com microfone;

Sala de Informática

- 04 bancadas para computador;
- instalação elétrica com tomadas adequadas;
- 15 computadores comuns e 01 servidor;
- No Break e estabilizador ;
- 01 aparelho de ar condicionado de 10000 btus;
- 15 cadeiras estofadas (fixas);
- 01 mesa e 01 cadeira para professor;
- 01 lousa branca;

Salas da Educação Infantil

Necessidades:

- 02 conjuntos de mesa e cadeira para professor;
- 50 carteiras pequenas de resina;
- 02 aparelhos de ar condicionado de 7000 btus;
- 02 lousas brancas (3,0 x 1,20 m);
- 02 armários fechados de aço;
- 02 estantes de aço;
- 02 cabideiros;
- 02 estantes Guarda-tudo de resina;

- 02 lixeiras pequenas;
- 01 fogão de 04 bocas;
- 01 geladeira de 280 litros;
- 01 piscina de plástico de 1000 litros modelo TONE;
- 01 Playground de resina;
- 01 casinha de bonecas de madeira ou resina;
- 01 pia com armário;
- Brinquedoteca com 01 armário de aço; 03 estantes de aço; brinquedos pedagógicos para a faixa etária de 3 a 6 anos;

Quadra Poliesportiva

Justificativa:
A construção de uma quadra poliesportiva permitirá o desenvolvimento do espírito de grupo, de equipe, a cooperação, a disciplina e o respeito pelos outros pelos bens comuns.
A prática esportiva desenvolve valores que promovem mudanças sociais, fortalece os laços de amizade, o sentimento de colaboração, a auto-estima e a responsabilidade. Isto será ratificado e fortalecido pela possibilidade de uso deste local pela comunidade do entorno.

Necessidades:
- construção de uma quadra poliesportiva com metragem oficial, com arquibancada;
- construção de 2 banheiros (1 masculino e 01 feminino) com espaço para 05 chuveiros, 05 privadas;
- construção de um depósito (28m²) para o material com 10 prateleiras de metal e 50 armários para guardar o material dos alunos;
- construção de uma quadra de areia (16 x 8 m e 40cm de profundidade);
- 01 rede de vôlei oficial;
- 02 bolas de vôlei de praia;
- 40 aros de ginástica em plástico (bambolê);
- 02 aros para tabela de basquete;
- 02 bancos suecos;
- 10 bolas de futebol feminino de campo nº 04 (64 a 66 cm);
- 10 bolas de futebol de campo oficiais com 32 gomos;
- 10 bolas de tênis de mesa tipo 03;
- 10 bolas de handebol juvenil;
- 10 bolas oficiais de basquete;
- 10 bolas oficiais de futebol de salão sem costura;
- 10 bolas oficiais de vôlei vulcanizadas, válvula removível;
- 02 bombas de encher bola com birro;
- 40 calções brancos médio;
- 20 calções brancos pequenos;
- 03 calções cinza médio, para goleiro;
- 02 postes de rede de vôlei;
- 40 colchonetes para ginástica;
- 30 coletes de pano para treinamento;
- 10 cones em plástico (50cm);

- 10 cordas elásticas de 08 metros;
- 03 cordas individuais (seda) com 03 metros;
- 04 cronômetros manuais (profissionais);
- 10 halteres de 2kg emborrachado;
- 04 jogos de camisa numerada;
- 100 medalhas de 25mm bronze;
- 100 medalhas de 25mm ouro;
- 100 medalhas de 25mm prata;
- 40 meiões (tamanho único) branco;
- 02 mesas de tênis de mesa (tamanho oficial);
- 12 pares de joelheira acolchoada (com espuma) médio, para quadra;
- 12 pares de joelheira acolchoada (com espuma) pequeno, para quadra;
- 06 pares de luvas de goleiro (02 médio, 02 grande, 02 pequeno);
- 08 pares de raquete de tênis de mesa;
- 02 pares de rede de futebol de campo;
- 02 pares de rede de futebol de salão;
- 04 pares de rede de nylon;
- 30 jogos de dominó;
- 30 jogos de xadrez (escolar);
- 30 jogos de dama;
- 04 bolas de borracha;
- 04 jogos de taco com bola;
- 01 bandeira: do Brasil, de Paracambi, do Estado do Rio de Janeiro e da E.M. Terra de Educar;
- 40 pares de pompom na cor branca;
- 01 balança com régua milimetrada;
- 02 tabelas oficiais de basquete;
- instrumentos para montar uma banda marcial com 20 componentes (bumbo, tarol, corneta, surdo, baquetas e liras);
- 20 caixas de som para transmissão de rádio;
- 01 maquina de lavar roupa e 01 secadora de roupas.

Reforma Predial

Justificativa:

A melhoria do ambiente escolar contribuirá para um efetivo aproveitamento de suas potencialidades materiais e humanas com o propósito de melhor atendimento através da utilização dos bens disponíveis visando o bem estar físico e social da comunidade escolar.

Área Administrativa

Necessidades:

Sala da Direção:

- 01 aparelho de ar condicionado de 7000 btus;
- 01 conjunto escritório marfim (Ronfort) com 02 mesas e 02 cadeiras diretor, 01 armário, 01 estante e 01 arquivo de 4 gavetas;
- 01 computador conectado em rede (Impressora, no break, estabilizador, etc);

- 02 sofanetes com braço modelo ME- DS11 (Ronfort);
- 01 cortina e 01 tapete;
- 02 luminárias de mesa;
- 01 frigobar;

Sala de Orientação Educacional:
- 01 aparelho de ar condicionado de 7000 btus;
- 01 conjunto escritório marfim (Ronfort) com 01 mesa e 01 cadeira diretor, 01 armário, 01 estante e 01 arquivo de 4 gavetas;
- 01 computador conectado em rede (Impressora, no break, estabilizador, etc);
- 02 sofanetes sem braço modelo ME- DS02 (Ronfort);
- 01 mural de cortiça.

Sala da Supervisão Escolar:
- 01 aparelho de ar condicionado de 7000 btus;
- 01 conjunto escritório marfim (Ronfort) com 01 mesa e 01 cadeira diretor, 01 armário, 01 estante e 01 arquivo de 4 gavetas;
- 01 computador conectado em rede (Impressora, no break, estabilizador, etc);
- 01 cadeira estofada fixa;
- 01 mural de cortiça.

Sala da Administração:
- 01 aparelho de ar condicionado de 7000 btus;
- 01 conjunto escritório marfim (Ronfort) com 01 mesa e 01 cadeira diretor, 01 armário, 01 estante e 01 arquivo de 4 gavetas;
- 01 computador conectado em rede (Impressora, no break, estabilizador, etc);
- 01 cadeira estofada fixa;
- 01 mural de cortiça.

Sala da Coordenação Pedagógica:
- 01 aparelho de ar condicionado de 7000 btus;
- 01 conjunto escritório marfim (Ronfort) com 02 mesas e 02 cadeiras diretor, 01 armário, 01 estante e 01 arquivo de 4 gavetas;
- 01 computador conectado em rede (Impressora, no break, estabilizador, etc);
- 02 murais de cortiça;
- 02 sofanetes sem braço modelo ME- DS02 (Ronfort);

Sala da Secretaria:
- 02 computadores conectados em rede (Impressora multifuncional HP, no break, estabilizador, etc);
- 01 aparelho de ar condicionado de 7000 btus;
- 01 conjunto escritório marfim (Ronfort) com 02 mesas e 02 cadeiras diretor, 02 armários, 01 estante e 05 arquivos de 4 gavetas;
- 02 murais de cortiça;
- 01 ventilador de teto;
- 02 sofanetes sem braço modelo ME- DS02 (Ronfort);
- 02 cadeiras estofadas fixas;
- 01 relógio de parede;

- 01 campainha (para o intervalo das turmas);
- 02 balcões;
- 01 aparelho de som;
- 01 máquina de fotocópia;
- 01 guilhotina
- 01 porta-chaves.

Salas de aula:
- 200 cadeiras modelo frontal toda prolipopileno Cortez;
- 05 mesas e 05 cadeiras para professor;
- 05 estantes de aço com 5 prateleiras;
- 05 armários de aço;
- 20 murais;
- 05 lixeirinhas com tampa;
- 20 ventiladores de teto;
- 05 aparelhos de ar condicionado 10000 btus;
- 02 bebedouros modelo Millenium 03 (América Filtros)com filtro e serpentina.
- Reforma geral dos banheiros.

Área do Pátio:
- 10 lixeiras grandes com rodas;
- 08 murais de cortiça.

Refeitório:
- 02 murais de cortiça;
- 20 mesas de 06 lugares (madeira revestida com fórmica);
- 120 cadeiras de madeira revestida com fórmica;
- 40 toalhas para mesa;
- bebedouro modelo Millenium 4 (América Filtros) com filtro e serpentina;

Cozinha:
- reforma na instalação de gás;
- revisão da rede de esgoto e caixa de gordura;
- 01 fogão industrial banho-maria Cozedor e Forno (inox) ;
- 01 Caldeirão Gás-vapor;
- 01 balcão térmico p/ assentamento em alvenaria c/ 5 cubas e colocação;
- 01 frigorífico (inox);
- 01 geladeira;
- 01 freezer horizontal (inox);
- 01 vaca mecânica;
- 01 mesa c/ 04 cadeiras;
- 400 bandejas inox p/ refeição;
- 400 garfos;
- 400 facas;
- 400 colheres;
- 400 canecas;
- 400 colheres de sobremesa;

- 01 descascador de tubérculo (inox);
- 01 carro p/ detritos (inox);
- 02 abridores de lata;
- 01 afiador de faca;
- bacias de alumínio de vários tamanhos (03 de cada);
- 05 bacias plásticas;
- 01 balança industrial;
- 01 balança doméstica;
- 04 leiteiras;
- 03 canecões grandes;
- 02 chaleiras;
- 02 colheres p/ arroz;
- 04 conchas (02 grandes e 02 pequenas);
- 04 escumadeiras (02 grandes e 02 pequenas);
- 10 facas de corte (grande, média e pequena);
- 01 acendedor de fogão elétrico;
- 06 colheres de pau (02 grandes, 02 médias e 02 pequenas);
- Sistema de filtragem de água p/ cozinha;
- 03 frigideiras (grande, média e grande);
- 03 garfos grandes;
- 02 garrafas termolar de 5 litros;
- 04 garrafas térmicas;
- 06 jarras grandes p/ suco (inox);
- 01 liquidificador doméstico;
- 01 batedeira elétrica;
- 03 peneiras médias;
- 09 caçarolas (03 pequenas, 03 médias e 03 grandes);
- 02 escorredores de arroz grandes;
- 02 escorredores de macarrão grandes;
- 05 panelas grandes;
- 05 panelas médias;
- 05 panelas pequenas;
- 02 panelas de pressão grandes;
- 09 caldeirões (03 pequenos, 03 médios e 03 grandes);
- 15 tabuleiros (05 pequenos, 05 médios e 05 grandes);
- 100 pratos de louça p/ refeição;
- 100 pratos de louça p/ sobremesa;
- 02 panelas de pressão de 7 ½ l;
- 04 tábuas grandes p/ carne;
- 04 soquetes (02 médios e 02 grandes);
- 02 espremedores de alho;
- 02 socadores de alho;
- 01 cafeteira;
- 02 dúzias de xícaras p/ café;
- 02 dúzias de colheres p/ café;
- 01 açucareiro de inox;

- 05 jarras médias de inox;
- 05 bandejas de inox;

Prédio Geral:
- telhados (revisão);
- recolocação do piso (granitina);
- revisão da rede elétrica;
- revisão da rede hidráulica;
- pintura interna e externa de todo o prédio;
- reforma das janelas e portas.

ANEXO II – PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA ESCOLA EM 2010

PROJETO DIA DE LAZER E DO SUBPROJETO PEDAL SOLIDÁRIO

Durante as reuniões de apresentação dos professores para iniciar o ano letivo de 2010, conversamos sobre a importância de maior aproximação dos alunos. A professora de Geografia, Lúcia Regina, sugeriu que incluíssemos em nosso projeto um dia especial, dedicado a atividades recreativas na escola. Amadurecemos a idéia e dedicamos um dia a cada bimestre para este fim. O objetivo do Dia é oferecer aos alunos e professores a oportunidade de interação e integração, proporcionando atividades de aprendizagem através da ludicidade e do entretenimento. Desenvolvemos, então, jogos de vôlei, de queimada, de futebol de campo, de xadrez, atividades envolvendo música, pintura, uso do computador e o passeio ciclístico, com saída da escola, percorrendo pontos estratégicos do Sabugo, do Centro, chegando até a Fábrica do Conhecimento. Esse momento teve o acompanhamento de dois batedores da Guarda Municipal, visando a segurança dos ciclistas. Durante o percurso houve paradas para explanação dos professores do segundo segmento a respeito do Casarão, da quadra, da Praça Cara Nova e, finalmente da Fábrica. O ciclismo objetivou, além a prática esportiva em si, a percepção da importância da responsabilidade no trânsito, envolvendo os principais elementos que o formam: pedestres, veículos, leis. Além disso, é preciso entender que a bicicleta, sendo um veículo tão usado na cidade, deve ser estar em consonância com o que prega um trânsito ordeiro. O uso da bicicleta implica em inúmeras vantagens, inclusive para a preservação do ar, pois não emite poluentes. Ainda usando o ciclismo, foi elaborado pela professora de Educação Física, o subprojeto Pedal Solidário, com o intuito de arrecadar doações para os moradores carentes do Bairro, o que começará em breve.

Tema: "A LEITURA EM FOCO".

Introdução**:** Acredito que, ao contar histórias estamos estimulando a criança à leitura como algo indispensável e natural em sua vida. A história infantil é alimento da imaginação, desperta o pensamento e amplia na criança sua compreensão de mundo, auxiliando-a na resolução de conflitos internos, já que ela incorpora o texto literário como arte da própria vida.

Objetivos:

- Despertar o prazer e o interesse pela leitura, estimulando alunos do ensino fundamental da E. M. Terra de Educar, a encontrarem na Literatura uma fonte de lazer levando-os a perceberem as imensas possibilidades de um texto e tudo o que nele está contido de conhecimento, sabedoria e informação.

- Auxiliar no desenvolvimento do hábito de leitura em crianças e adolescentes numa atividade sistemática e continuada.

- Proporcionar o contato entre criança e livros, incentivando, assim, o gosto pela leitura e a formação do leitor mirim e, orientando os alunos de sua importância, além de auxiliar os professores no processo de alfabetização, já que este é uma fase contínua.

- Incentivar cada vez mais a leitura formando bons leitores com facilidade de interpretação do mundo visando à facilidade de comunicação. O livro é o primeiro alimento necessário na vida do ser humano. É a base de tudo.

- Propiciar um intenso e sistematizado contato dos alunos com diferentes gêneros textuais, especialmente no que se refere ao ler para apreciar/fluir e para conhecer.

- O projeto pretende orientar os educadores no desenvolvimento de diferentes procedimentos didáticos que seduzam os alunos para a leitura de textos.

Público Alvo: Todos os alunos da Escola M. Terra de Educar, desde educação infantil até o Ensino Fundamental, tendo o aluno livro também para empréstimo, irá beneficiar os mesmos e incentivando os demais a sempre praticar uma boa leitura.

Duração: O ano letivo de 2010

Metodologia:

Leitura com ênfase:

- Na modalidade de organização didática, conhecida como "Atividade Permanente",
- No procedimento "Leitura Compartilhada" como lugar privilegiado de ler com o aluno e ser o próprio professor um leitor em formação permanente;
- Abordagem de trabalho com as estratégias de leitura: seleção, antecipação, interferência
  e verificação ("antes da leitura", "durante a leitura", "depois da leitura");
- Seleção de gêneros textuais para leitura.
- Contribuir para o aperfeiçoamento da Leitura e desenvolvimento textual.

- Proporciona apoio nas atividades desenvolvidas no grupo dando-lhe total conhecimento da linguagem literária.
- Trabalhar com o Grupo noções Básicas de oratória.
- Fazer apresentações dos trabalhos realizados.
- Fazer pesquisas de assuntos abordados no grupo.
- Levantar questões sobre a situação atual da comunidade ou de cada família.
- Trabalha o lado psicológico do grupo da sala de Leitura.
- Buscamos Promover e prover total informação com qualidade visando sempre à parte do conhecimento Livre.

Entre outros procedimentos didáticos serão enfatizados: leitura em voz alta, leitura programada e leitura expressiva.

- Os trabalhos desenvolvidos na escola serão apresentados em murais, teatros, etc.

O que fazer?	**Onde/ como trabalhar?**	**Carga horária**
Livro (oral e escrito) - livro de crônicas selecionadas pelos alunos, a partir de temáticas escolhidas como: amor, família, problemas sociais, etc; - apresentação de saraus literários; - apresentação de peças teatrais; -apresentação e festival de paródias.	Conto Crônica Poema Novela Texto dramático Músicas Cordel Parlendas; Trava-línguas; Provérbios; Ditos populares; Brincadeiras e jogos.	Uma hora/aula semanal
- painel com propagandas a partir de alguns critérios de seleção como: Público-alvo, análise crítica, tipo de Linguagem.	Propaganda (leitura) .	
- organização de um jornal falado; - apresentação de um painel com Charges.	Notícia; Reportagem; Charge e tira.	

TRABALHO PARALELO COM O PLANEJAMENTO

LEITURA	Leitura pelo professor (diário) – criar comportamento leitor Manusear diversos tipos de materiais Saber e buscar em fontes diferentes Interrogar o texto (estratégias) Leitura em voz alta
PRODUÇÃO ESCRITA	Produção de diferentes textos (listas, narrativas,...) Produções coletivas, duplas, individual, ditado. Reescrever histórias Revisão de texto (coletivo, individual, dupla...) Bons textos (que recursos o autor usou?)
LINGUAGEM ORAL	Criar situações de leitura para que o aluno possa emitir opinião. Sugestões pelo aluno – para isso o professor deve criar situações próprias

AVALIAÇÃO

Para verificar o desempenho dos alunos no **"Projeto Leitura em Foco"** deve-se considerar:

- O envolvimento e a participação de cada aluno nas atividades individuais e coletivas.
- A participação dos alunos nas atividades propostas como produtos, que finalizam cada um dos trabalhos desenvolvidos.

Esses aspectos serão importantes para a avaliação global do aluno nas reuniões do Conselho de Classe e de Série.

LER…

Paulo Freire "Um texto para ser lido é um texto para ser estudado. Um texto para ser estudado é um texto para ser interpretado. […] O que caracteriza o ato de estudar é a atitude séria e curiosa na procura de compreender as coisas e os fatos que observamos".

Projeto 2: Tema: ”Cantos, contos e encantos”.

Introdução: Acreditamos que, ao contar histórias e cantar estamos estimulando a criança à leitura como algo indispensável e natural em sua vida. A história e a música são alimentos para imaginação, desperta o pensamento e amplia na criança sua compreensão de mundo, auxiliando-a na resolução de conflitos internos, já que ela incorpora o texto literário e a música como arte da própria vida.

Objetivos:

- É objetivo do projeto incentivar a criatividade, a leitura, a produção textual, o cantar, o contar histórias e o exercício da memória.
- Proporcionar uma atividade reflexiva sobre os diversos temas que envolvem os valores humanos, de modo a vislumbrar efeitos dessa experiência na vida atual de nossos alunos.
- Contribuir para resgatar o patrimônio cultural de histórias,canções,jogos folclóricos e populares.
- Ampliar as capacidades perceptivas, expressivas e reflexivas com relação ao uso da linguagem oral e musical ;
- Promover o desenvolvimento de outras capacidades, tais como: capacidade de integração no grupo, auto-afirmação e cooperação; respeito com relação aos colegas; comportamento tolerante, solidariedade e consideração; competição; capacidade de ouvir com atenção, de interpretar e de fundamentar propostas pessoais; capacidade para o comportamento comunicativo dentro de grupos; de expressão por meio do próprio corpo; de transformação e descoberta de formas próprias de expressão; de revisão crítica de ordens estabelecidas; de produção de idéias e ações próprias.
- Promover o desenvolvimento da imaginação espacial e do pensamento lógico;

Como desenvolver este projeto?

- Construir com a criança o conhecimento da linguagem da arte, a partir da ilustração e vivência das letras (músicas, poemas e contos) e de seus significados, utilizando elementos da ação dramática (dramatizações/fantoches), desenho,

pintura, modelagem, colagem, origamis e outras técnicas, levando a mesma se expressar.

- Visitar grupo de Capoeira; Dança;
- Confeccionar uma mala viajante, onde a cada dia poderá ser contada uma história ou cantada uma música para que a partir daí possa ser desenvolvido toda a aula, tornando assim um aprendizado mais prazeroso e com certeza de maior qualidade.
- Formar com os alunos grupos de contadores de histórias.
- Promover concurso de histórias criadas pelos alunos, o que irá despertar o prazer pela leitura e toda a criatividade da criança.
- Promover um concurso de música (vários ritmos).
- Visitar a Escola de Música Vila Lobos.

Datas para a culminância deste projeto:

Abril:

- Apresentação e exposição de trabalhos confeccionados desde a Educação Infantil à 8ª série.
- Contadores de histórias

Julho:

- Apresentação de teatro, grupo de dança, (capoeira, ballet, e outros ritmos) e de alunos da Vila lobos.

OBS: Todas as turmas e professores deverão estar envolvidos neste projeto, pois cada educador deverá trabalhar dentro de sua disciplina com maior ludicidade.

ANEXO III - CONHECENDO A ESCOLA

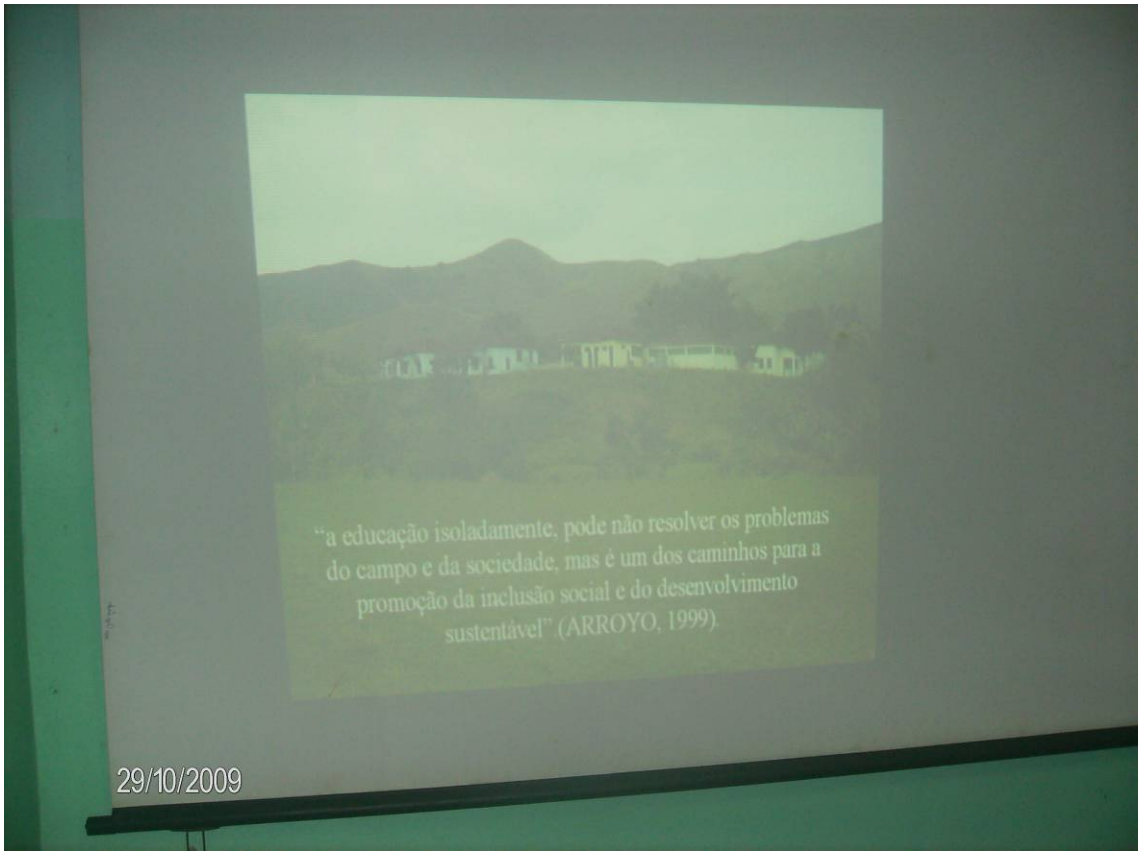
UNIDADE DEMONSTRATIVA
CRIAÇÃO DE
GALINHAS
SEMI-CONFINADAS.
SEMAG
PRONAF
MDA
SMEE
CMDR

ANEXO IV – SITUAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO E DE ALGUNS ANIMAIS DA ESCOLA

ANEXO V - ENCONTRO PEDAGÓGICO COM OS DOCENTES PARA DISCUSSÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

29/10/2009

29/10/2009


"a educação isoladamente, pode não resolver os problemas do campo e da sociedade, mas é um dos caminhos para a promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável" (ARROYO, 1999).
29/10/2009